

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

LETÍCIA RUDOKAS GODIANO

**CRIANÇA: FORMAÇÃO EDUCACIONAL E OS PRINCÍPIOS
DA CIDADANIA NO BRASIL.**

BAURU
2017

LETÍCIA RUDOKAS GODIANO

**CRIANÇA: FORMAÇÃO EDUCACIONAL E OS PRINCÍPIOS
DA CIDADANIA NO BRASIL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de relações internacionais, da Universidade do Sagrado Coração com requisito parcial à obtenção da Criança: Formação educacional e os princípios da cidadania no Brasil.

BAURU
2017

Godiano, Leticia Rudokas

G584c

Criança: formação educacional e os princípios da cidadania no Brasil / Leticia Rudokas Godiano. -- 2017.

59f.

Orientador: Prof. M.e Fabio José de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru – SP.

1. Cidadania. 2. Direitos Humanos. 3. Educação. 4. Criança. I. Souza, Fabio José de. II. Título.

LETÍCIA RUDOKAS GODIANO

**CRIANÇA: FORMAÇÃO EDUCACIONAL E OS PRINCÍPIOS
DA CIDADANIA NO BRASIL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de relações internacionais, da Universidade do Sagrado Coração com requisito parcial à obtenção da Criança: formação educacional e os princípios da cidadania no Brasil.

Bauru, 29 de Dezembro de 2017.

Banca examinadora:

Prof. M.E Fábio José de Souza
Universidade do Sagrado Coração

Prof.^a M.^a Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof.^a M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

RESUMO

O contexto histórico de cidadania e direitos humanos revela a importância dos direitos e da participação na política dos indivíduos, a fim da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Mas, ainda as lutas são diárias e a educação tem um papel fundamental e importantíssimo para criar novos cidadãos conscientes, principalmente com nossas crianças. Dessa forma, esse trabalho tem o intuito de relacionar cidadania e os direitos adquiridos conforme os contextos históricos, mas focando principalmente na educação brasileira, e os principais desafios e problemas mediante a essa situação e o quais medidas são necessárias para reeducar e preparar uma nova geração de cidadãos responsáveis.

PALAVRAS-CHAVES: Cidadania. Direitos Humanos. Educação. Criança.

ABSTRACT

The historical context of citizenship and human rights reveals the importance of the right and political participation, with the purpose of building a fair and egalitarian society. However, the fights are daily and education is fundamental and very important to create conscious citizens, mostly our children. This way, this work has the intention of relating citizenship and the acquired rights from historical contexts, focusing mostly on Brazilian education, and the main challenge and problem through this situation and what measures are necessary to reeducate and prepare a new generation of responsible citizens.

KEYWORDS: Citizenship. Human rights. Education. Child.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. O QUE É CIDADANIA?	9
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO	13
2.2 CIDADANIA NO BRASIL	19
2.3 CIDADANIA NO MUNDO	22
3 DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	25
3.1 RELAÇÕES ENTRE DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA	26
3.2. EXISTE UMA CIDADANIA UNIVERSAL?.....	27
4. COMO TRABALHAMOS A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO?	30
4.1 INFLUÊNCIAS DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO	39
4.2 OS PROBLEMAS ENVOLVIDOS	41
4.3. OS PRINCIPAIS DESAFIOS	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	57

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como finalidade abordar os principais desafios que atrasa o desenvolvimento educacional das crianças no Brasil, a fim de identificar os meios educacionais formais e informais que são qualificados para os mesmos. O Estado, as organizações governamentais e não-governamentais, as escolas, as instituições de ensino, tem o dever de disponibilizar e garantir uma educação de qualidade as crianças, a fim de preparar uma nova geração de cidadãos, porém, a realidade nem sempre condiz com a verdade. Se todas as crianças têm direito a uma infância digna, com educação, saúde, segurança e lazer, por que a violação dos seus direitos humanos é permitida?

Com base nos dados históricos os direitos humanos foram conquistados a partir de reivindicações, lutas sociais e busca por reconhecimento de igualdade, mas, nos dias de hoje a execução dos direitos são falhos, mediante a falta de informação e compromisso do governo para com os cidadãos. As crianças não podem exigir seus direitos, por isso, são representados por seus pais, órgãos governamentais e não governamentais que lutam para que os direitos sejam exercidos. Dessa forma, serão esclarecidas através de novas informações, estudos, teorias e pesquisas como os direitos humanos são fundamentais na vida dos indivíduos, mas principalmente, na formação das crianças e como a sua violação pode comprometer toda sociedade. Mais a frente, poderemos analisar as etapas alcançadas da cidadania e os direitos humanos em todo contexto, mas, também focando nos direitos fundamentais das crianças; entretanto a família é o principal responsável a educar as crianças. Nos dias de hoje, o Brasil enfrenta as dificuldades, desigualdades e o desrespeito. E, é necessário compreender a situação atual do país em relação à educação infantil e os benefícios e malefícios que oferecem.

A educação não se define apenas pela educação escolar, está muito além disso. Observaremos as dificuldades da educação informal (educação pelos pais, igreja, família) e também pela educação formal (escolas e instituições de ensino, cursos), assim, familiarizando a educação e a cidadania juntamente com as políticas públicas brasileiras e seus sistemas.

Nos dias de hoje, com a globalização e a comunicação avançada nos permite ter acesso a diversas informações em questão de segundos, diferentemente da época de nossos avós que era dificultoso concluir o estudo, nos dias de hoje as crianças podem acessar vídeos-aulas pela internet. Porém, deveria ser visto como um complemento, pois, é dever do Estado oferecer e proporcionar um ensino de qualidade e os pais que tem acesso a todas as informações pela internet deviam buscar e exigir que sejam cumpridos os direitos de seus filhos. Os direitos do cidadão são fundamentais, principalmente na criação das crianças que serão o futuro da nação

e nesse trabalho será exposta a realidade da criança e o seu direito a educação. Através das propostas do governo, se é eficaz ou se ainda é falho, como as organizações defendem o direito das crianças, se existe igualdade educacional entre as classes no Brasil, o posicionamento dos pais e também o desenvolvimento da criança nas escolas.

O Brasil é um dos países mais desiguais e importunos do mundo, sua cidadania por mais que tenha uma grande responsabilidade na vida da sociedade não é respeitada e limitada entre as classes sociais, o único meio que pode reverter essa situação é através da educação a fim de preparar crianças e jovens para um futuro melhor. Esse trabalho tem o intuito de explorar mais a fundo sobre o tema, investigando os principais desafios, problemas e quais as mudanças que possam ser tomadas para tornar-se um Brasil melhor. Baseados em pesquisas, dados, livros e na ação prática dentro de escolas, observando os alunos e os métodos dos professores de abordar os alunos para que tenham interesse na sala de aula.

Por meios das informações obtidas nos fatos históricos, nos teóricos filosóficos, nos estudos baseados em autores, será buscada respostas para seguintes questões: As crianças são indefesas e devem ser representadas de forma digna, qual o papel dos pais e da escola para a formação deles, quais as dificuldades. Os tópicos abordados nesse trabalho devem relacionar os direitos do cidadão desde os princípios, entendendo como surgiu a cidadania e os direitos, as lutas e conquistas através do contexto histórico, a formação da cidadania universal juntamente com os direitos humanos e a preservação da vida em todo e qualquer território. A cidadania no Brasil, como funciona e suas falhas, como trabalham a educação dentro do Brasil, os desafios e os problemas encontrados dentro de casa, com as crianças e os educadores. Porém, também as mudanças, projetos e organizações que instruem as crianças e jovens para um caminho melhor.

É possível observar que na prática a luta pelos direitos básicos do cidadão é falha no Brasil, a desigualdade social impede o desenvolvimento do país e da sociedade. Dessa forma, é necessário trabalhar com a realidade da sociedade brasileira, sendo assim, trabalhar com a educação de forma significativa e transformadora e não apenas ensinar os alunos a decorar para poder passar de ano.

Um dos maiores revolucionários sobre a Educação é o Professor e autor Paulo Freire (1958-1964) em suas obras relatava e construía teorias de como a educação no Brasil precisava de reformas, e como essas reformas trariam transformações importantes para a educação. Todos os alunos ou pessoas que puderam ter contato com o autor, puderam perceber qual era seu principal objetivo: Conscientizar a prática educativa. Se cada um de nós conseguisse uma vez ao dia se dedicar a mudança na educação do país como Paulo Freire se dedicou todos esses

anos, formaríamos uma sociedade crítica e inteligente e levaríamos o Brasil ao desenvolvimento que tanto busca por anos.

Se todos os educadores do Brasil se reunissem em um local para trocar experiências e conhecimentos, chegaríamos então a real resposta da transformação educativa brasileira. Quanto mais transferência e trocas de conhecimento, maior produção de conhecimento, somos constantes aprendizes, todos os dias estamos aprendendo, mas também somos responsáveis em passar esse conhecimento ou induzir a buscar por novos. Em uma das obras de Paulo Freire, “Pedagogia da Autonomia” (1996) ele sintetiza dizendo que: “Quem forma se forma e reforma ao formar quem é formado forma-se e forma ao ser formado” FREIRE (1996 p.23)

Sendo assim, diante disso as partes aprendem e as partes ensinam ao aprender, conhecimento não é transferido, uma pessoa pode saber muito e falar por horas, porém, quem está ouvindo pode não estar prestando atenção. Então, mais uma vez ressaltando que conhecimento não é transferido, porém, ele é formado.

As crianças não podem e não devem aprender somente nas escolas, pois, educação começa dentro de casa e é responsabilidade dos pais. Os principais desafios atualmente na vida dos pais é conseguir conciliar tempo, trabalho, educação e disposição. Assim, os pais não podem ceder aos desejos dos seus filhos, não podem virar reféns de suas vontades por serem crianças mimadas ou rebeldes. Os pais são autoridade na vida de seus filhos, não ao contrário, os pais dão as ordens e não as recebem. É necessário que se conscientizar que seus filhos irão conviver com o filho dos outros e também com outras pessoas em sociedade e qual será seu comportamento quando tiver em convivência com a comunidade.

Não podemos fugir da responsabilidade de ser cidadão, principalmente quando atingimos a maior idade, o ser adulto. Dessa forma, somos formados cidadãos pelas possibilidades que aquele momento está nos oferecendo, como a situação econômica, culturais e sociais. Assim, um ser formado, consciente, com direitos e liberdade de escolhas podem decidir sobre seu partido político, o seu trabalho, sobre qual religião seguir, mas qual o real baseamento que levaram a essas escolhas e realmente estão satisfeitos com a vida que levam, e se sim, progresso, mas se não, em qual ponto é preciso mudar e qual é a vida que querem para seus filhos. Ou até mesmo para aqueles que não possuem filhos, a situação da educação e da formação das crianças é um problema de todos, medidas precisam ser tomadas para que não despeje a responsabilidade de educação em cima da escola, mas também que as escolas tenham bons educadores e consigam despertar nos alunos o interesse pelo conhecimento. É preciso primeiramente analisar a formação do país e quantas mudanças foram precisar para chegar onde estão hoje, estabelecendo o conceito de cidadania não como algo que possa decorar ou aprender

na teoria, mas algo vivido por nossas crianças, e somos responsáveis em estimular esse crescimento e desenvolvimento, assim, desde cedo ensinando que cidadania são direitos e deveres tanto civis quanto políticos a serem cumpridos em busca do interesse do bem comum e valores éticos, mas, ressaltando a ideia de que exercer a cidadania são respeito a diversidade, justiça e dignidade humana.

O principal objetivo desse trabalho é alastrar os conhecimentos de nossas crianças e adolescentes sobre os princípios da educação. Não podemos apenas ensinar as crianças e adolescentes a ler e escrever e decorar matérias, precisamos induzi-los a querer aprender mais, buscar por mais conhecimento, ensinar a respeitar o próximo, ensinar princípios e valores éticos e morais, desenvolver atitudes solidarias e amigáveis, não as deixas serem influenciadas por mídias ou pela tecnologia, e sim, usar essas novas técnicas globalizadas a favor de seus estudos e formações. E, um compromisso não só para eles, mas para toda a sociedade: Não se tornar individualistas e buscar sempre o melhor para sociedade em busca de paz.

2. O QUE É CIDADANIA?

A cidadania é uma das palavras mais ouvidas nos dias de hoje, e mais do que nunca sua prática é essencial para transformação de uma sociedade e não se submeter a opressão do Estado. O Estado possui os seguintes componentes: território, soberania de governo, mas o mais importante os indivíduos. Os indivíduos são denominados como cidadãos e desfrutam dos privilégios, porém, possuem direitos e assumem compromissos e participação conscientes mediante as obrigações perante a constituição de seu Estado. Assim, nesse trecho autor Salazar (1944), sintetiza que o reconhecimento da cidadania é imediato, mas a mudança nos cidadãos conscientes leva um tempo.

Um decreto a reconhecer a cidadania faz-se em minutos e pode fazer-se já; um cidadão, isto é, o homem pleno e conscientemente integrado numa sociedade política civilizada leva séculos a fazer. SALAZAR (1944).

Para que a cidadania seja feita de forma sabia, democrática e justa se estabelece uma responsabilidade de obrigação do cidadão em cumprir com os direitos e deveres impostos a ele, seja no âmbito civil, político e social de um Estado, mas também que o Estado esteja disposto a cumprir com seus deveres e exercer as práticas dos interesses do cidadão, a fim de melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade. Assim, é uma via de mão dupla enquanto os cidadãos cumprem com seus deveres e obrigações, os Estados os protegem de usufruir seus direitos. O primeiro ato de cidadania que vem em nossa mente é o direito ao voto, porém, nesse momento a uma abrangência de direitos e privilégios, como por exemplo: uma educação de qualidade, uma boa saúde, acesso as informações, poder de participação na condução política, igualdade de oportunidades e autoridade de reivindicar a prática.

Exercer cidadania é muito mais do que pesquisar e eleger um candidato para fazer mudanças. O exercício da cidadania começa dentro das nossas próprias moradas, onde nos silenciemos diante as verdadeiras atrocidades cometidas contra crianças, mulheres, irmãos, pais domésticas e tantas outras mais. MARTINS (2006).

De forma geral todo indivíduo de um determinado território é considerado legalmente cidadão, porém, apenas na teoria. Enquanto na prática infelizmente as coisas são diferentes, existe uma distinção de classes sociais, no qual privilégios são dados a alguns indivíduos e não a toda sociedade. A minoria ainda não tem acesso a todas as informações e nem estrutura para poder reivindicar por seus direitos de forma igualitária e essa situação não é de agora, é desde o início a diversidade cultural, as diferenças de classes, as diferenças de interesses, não nos torna uma sociedade justa e sim uma distinção de igualdades, no qual, homens e mulheres

buscam a melhor forma de satisfazer seus interesses mesmo que seja passando por cima dos interesses dos próximos.

São considerados cidadãos aqueles indivíduos que nascem em um certo território e assumem seus compromissos para com o Estado, porém, cidadania está relacionado também a nacionalidade, como por exemplo: nos casos dos estrangeiros. No momento em que um estrangeiro vai para outro país na intenção de morar, passando ter uma relação com sua cultura, com respeito as diversidades, respeito as leis e entendendo as regras e normas passa também ter uma relação com o Estado, dessa forma sua permanência é legalizada e considerado um cidadão.

Não existe um conceito de cidadania único, pois, diferem conforme o tempo, acontecimentos e cada Estado tem uma constituição e leis diferentes um dos outros, mas, o mais importante é ser colocado em prática a fim de procurar uma vida melhor, pois, dessa forma o desenvolvimento social traz benefícios inumeráveis para seu Estado. São presentes alguns fatores fundamentais, como por exemplo: os direitos humanos. Considerado uma cidadania mundial, em todo e qualquer lugar que um indivíduo ir e vir, os seus direitos não devem ser rejeitados ou violados por ter uma nacionalidade diferente.

No Brasil, por exemplo, existem muitos casos de desvalorização da cidadania, por existir classes muito ricas e classes muito pobres, deixando de lado o verdadeiro significado de sociedade e priorizando os direitos dos ricos que muitas vezes são vitimados por ações de criminalidades, enquanto na verdade as verdadeiras vítimas não seriam os pobres que não tiveram a mesma oportunidade. O Estado que tem outras prioridades como o desenvolvimento econômico dentro e fora do país, não percebe que a participação popular nos casos do Estado, podem influenciar para o desenvolvimento total do país. Mas, na verdade não querem enxergar, mas fica bem claro quando um indivíduo de classe baixa, faz um assalto e vai preso e tem seus direitos vetados e seus deveres com a sociedade também são proibidos, como: o direito de votar.

As diferenças sempre irão existir, vão ter homens mais inteligentes e esforçados do que os outros, sempre uma disputa de ambição, mas as oportunidades não são iguais perante a todos que nem diz na lei. Os homens conseguem conviver em sociedade, por que juntos são mais fortes e unidos os interesses próprios começam se tornar um interesse coletivo, assim, mantendo a ordem e a paz sobre eles. Thomas Hobbes, filósofo e teórico político e uma de suas obras mais conhecidas O Leviatã (1651), relatou a naturalidade do homem da busca de proteção a si próprio, do conhecimento de suas forças e suas inteligências, mas de acordo com ele a sociedade carece de uma autoridade legal (o leviatã) no qual todos os indivíduos se submetam as normas e regras para manter a boa relação, a paz e segurança.

O mundo era baseado em exploração, opressão, preconceito e a violência eram as principais causas pela reivindicação da vida. Entretanto, essas lutas e revoluções não trouxeram somente consequências e mudanças na vida política, mas amadurecimento e conquistas aos cidadãos. Mas, já dizia Tancredo Neves (1985) “A cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente, em favor da comunidade.”

Relembrando de marcos que foram conquistados e modificados por nossas classes, segue a luta diária de antigamente quando os indivíduos eram explorados e se submetiam a um trabalho de 15 horas em troca de um prato de comida, ou de mantimentos, água ou moradia. Eram considerados cidadãos aqueles que tinham uma classe melhor, enquanto escravos, camponeses, estrangeiros eram excluídos de qualquer direito. Quando citamos estrangeiros, pensamos automaticamente em pessoas de outro país, também, mas eram considerados estrangeiros aqueles de classe baixa que não possuíam direitos de cidadão. Por muito tempo, os direitos coletivistas ficaram na teoria, mas as lutas e conquistas foram mudando conforme os anos, até os dias atuais.

Uma sociedade que vinha e vem sofrendo alterações tão profundas e às vezes até brusca e em que as transformações tendiam a ativar cada vez mais o povo à emersão, necessitava de uma reforma urgente e total no processo educativo. Reforma que atingisse a própria organização e o próprio trabalho educacional em outras instituições ultrapassando os limites mesmo das estritamente pedagógicas. Necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política (FREIRE, 1967, p. 96).

Nesse trecho, o autor relata como a sociedade passou por reformas e transformações, porém, para que a mudança fosse para melhor era preciso uma sociedade transitiva crítica. Para entender melhor, Paulo Freire acreditava que existiam diferentes tipos de consciência e de sociedade, entre elas: a consciência intransitiva que é o reflexo da sociedade brasileira com a cidadania de outras sociedades. E, se caso conservar apenas conquistas sociais do passado permanecerão no mesmo lugar como uma consciência transitiva ingênua. Mas, para viver uma sociedade livre com mudanças que não são impostas conforme as consequências do tempo, e sim, por uma consciência crítica, uma sociedade pensadora, informada, estruturada que estão dispostos a reivindicar por seus direitos de igualdade, não se tornará apenas uma sociedade melhor, mas se tornarão exemplo para as futuras gerações.

Cidadão hoje em dia, é aquele que se responsabiliza os deveres impostos por uma constituição estatal, e assim se privilegia dos direitos. É dever de todo cidadão seja homem ou mulher, votar de forma consciente para escolher os governantes de seu país, cumprir as leis, respeitar os direitos seus e de outras pessoas, ter uma boa educação, proteger a natureza,

proteger o patrimônio público e social do seu País e não ir contra as regras estabelecidas, assim colaborar com as autoridades. E, os principais direitos são: todos têm direito a vida e são iguais perante os termos da constituição, todos desde o recém-nascido até o idoso tem os direitos básicos da vida, como saúde, educação, trabalho, previdência social, proteção à maternidade e infância, assistência aos desamparados, segurança, lazer, vestuário, alimentação e transporte. O indivíduo tem o livre arbítrio para fazer suas escolhas, ninguém o obriga a não ser, que seja em virtude da lei. Ninguém deve ser submetido a maus tratos, como torturas, ou tratamentos desumanos. Toda crença e religião devem ser livres e respeitadas, assim como o local de onde ocorrem os cultos. O cidadão é quem decide qual profissão quer seguir, mas, a lei pede o estudo e diploma para confirmação. Ninguém pode se tornar autor de uma obra de alguém, somente o autor tem o direito de usá-la da forma que quiser, como em publicações ou cópias e para finalidades pessoais. Os bens de uma pessoa passam para seus herdeiros, após a sua morte. Todos são livres para transitar de uma cidade ou de um país para outro em tempos de paz, desde que estejam regularizados perante a lei e os requisitos.

Esses são os deveres e direitos mais comuns de cidadania, na forma de conceito é uma vida de qualidade, porém, na prática não é tão respeitada assim. E, não era preciso ser cobrado por mais justiça ou por prática sendo que é nosso por direito, mas somente nós somos capazes de mudar isso, a fim de ter uma vida digna e de qualidade.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A primeira definição para a palavra "cidadania" surgiu nas Antigas cidades-estados da Grécia, do latim "civivatem" que traduz cidade, sendo considerada pelos historiadores e estudiosos como o início da cidadania, em que naquele período as classes sociais não eram igualitárias, os pobres escravos ou camponeses não tinham direitos à participações políticas como, por exemplo: o voto. Eram considerados cidadãos, as classes altas nascidas em solo grego, na base aristocrática, que moravam na cidade e eram proprietários comerciais ou tinham participação em negócios. Não existia um governo, quando existia qualquer conflito de interesses, eram solucionados pelos próprios proprietários. Os estrangeiros não eram bem-vindos e eram excluídos de qualquer ação política. Desde esse período, eram os interesses do império que eram priorizados e atendidos.

Naquela época alguns direitos de cidadania passam ser fundamentais, visto como coletivo dentro da sociedade, a cidadania foi conquistada com o passar do tempo, muitos Estados passaram pela a mesma situação de exclusão, no qual só era considerado cidadãos os

nobres. Travaram muitas contradições, lutas, conflitos em busca de seus direitos. Assim, aconteceu também na Roma que excluía as classes mais baixas e os estrangeiros, os privando de qualquer tipo de direito ou no caso, cidadania.

A cidadania nas Cidades-estados Antigas pertencia somente aos nobres, pobres ou escravos nem ao menos eram considerados como pessoas e sim como coisas, não eram sujeitos de direito e sim objeto dos direitos alheios. Por mais que as ideias fossem boas na teoria, a prática era totalmente diferente e egoísta.

Com a queda do Império Romano, surge a Idade Média e traz consigo mudanças, onde as classes sociais eram divididas entre Senhores e servos, marcados pelo o feudalismo. Nesse período os servos eram vendidos juntamente com os territórios, mas, não eram mais considerados como coisas e escravos, eram camponeses que recebiam por uma parte de seu trabalho. Já era considerado um primeiro passo em busca da liberdade como cidadãos, porém, as questões políticas e essa luta foram deixadas de lado, e focaram em sua espiritualidade religiosa, no qual, acreditavam que a fé em Deus e os bons costumes perante a Ele, os tornaram livres após a morte. Focaram na religiosidade, pois, não podiam regozijar dos direitos e privilégios que as outras classes como a nobreza tinham, e mesmo o clero que eram considerados cidadãos ainda passavam por dificuldades e desvantagens. Assim, a lei humana e os poderes políticos estavam subordinados ao direito divino. Viviam em sociedades fechadas no qual se confundia o espaço particular de interesse do Soberano, do Clero e da Aristocracia feudal e o espaço de interesse público de toda a sociedade. Entendendo que não havia igualdade entre os indivíduos daquela sociedade, pois, cada grupo social tinha direitos diferentes, mas somente os membros da nobreza e do clero que tinham privilégios, pois, tudo se baseava na vontade divina.

Um segundo período é da Baixa Idade Média, nos séculos XVI e XVII era o fim do feudalismo e o início da burguesia, expressavam os direitos naturais com a expressão racional do ser humano e não mais pela força divina, onde já não aceitavam mais a situação de poucos possuírem muito e muitos possuírem quase nada. Assim, segundo Thomas Hobbes e seu modelo jusnaturalista, dizia que o Estado era explicado através de um produto de uma construção racional através da vontade expressa dos indivíduos.

E, então surge os Estados Nacionais que estabelecem instruções políticas e sociais com o real objetivo de transformar a situação em busca de igualdade entre os habitantes, sejam pobres, ricos, brancos, negros, mulheres, jovens e crianças são considerados como cidadãos. A moderna doutrina sobre os direitos naturais e a preparação para a formação do Estado Moderno. Na teoria tudo era perfeito, mas na prática ainda eram privados de certos direitos, e restritos de

alguns outros. Como por exemplo: A repressão contra as mulheres, como não podiam votar ou exercer certo tipo de funções.

Conforme os anos iam passando, os indivíduos começaram a refletir sobre a situação em que estavam e se inicia uma fase de muitas mudanças como na política, na economia, na cultura e principalmente no social, assim marcando como Idade Moderna ou Iluminismo. John Locke, analisando essa situação desenvolveu uma teoria da liberdade natural do ser humano, no qual, dizia que o indivíduo deveria limitar sua absoluta liberdade para proteger a propriedade como valor fundamental. No qual, acreditava que a liberdade se ligava ao direito individual. A busca por informações, por direitos, por mudanças devia vir dos indivíduos, pois, a civilização limitava as condições humanas. Dando início então a liberdade política, econômica e a segurança mantida pelo poder público.

Na França no século XVII a burguesia aparecia no cenário político social com uma clássica revolucionaria em luta contra o absolutismo feudal em busca da ruptura com o antigo regime e instituindo a nova ordem burguesa. De um lado a Burguesia europeia do outro o Estado Absolutista, ao fim de suas lutas chegaram à criação de condições para a instituição formal dos direitos fundamentais. A luta contra privilégios da aristocracia, no qual, apenas as necessidades da burguesia eram satisfeitas e priorizadas. Tendo como direitos: a liberdade, livre iniciativa econômica, livre manifestação da vontade, livre cambismo, liberdade de pensamento e expressão, liberdade de ir e vir, liberdade política e mão de obra livre.

Recordaram-se, não em uma época tão distante, os séculos XIX e XX progrediram de forma relevante para as transformações da cidadania em busca de igualdade e liberdade. Os indivíduos estavam cansados de tanta opressão e mesmo com as novas conquistas, os nobres ainda governavam e é então que se iniciam travas políticas e lutas sociais a fim de conquistar algo novo e bom para todos. Então, foi vigorado o modo de produção capitalista, fixando o Estado liberal e a regulamentação Constitucional dos direitos aos indivíduos. Nessa época, foram considerados os tempos modernos e suas gerações, a primeira geração era a luta da burguesia revolucionaria com base nas filosofias iluministas e nas tradições doutrinadas liberais, eram contra o autoritarismo dos antigos Estados absolutistas. Foram aplicados os direitos civis e políticos que seu propósito era atender as necessidades individuais que requeriam a abstenção do Estado para pleno exercício.

Na segunda geração dos tempos modernos, no século XIX os primeiros 70 anos foram estabelecidos o Estado liberal e o desenvolvimento da economia industrial, marcados por confrontos sociais e contradições políticas. Um dos maiores confrontos sociais foi A Revolução Francesa, naquele momento era visto como algo ruim, assustador e até considerado como

terrorismo. Enquanto na verdade buscavam a inclusão social com ideias de liberdade e igualdade. E, esta revolução veio com o intuito certo, e conseguiu introduzir a sociedade e a política com todos os seus membros, independente das consequências que tiveram, a justiça tardou, porém, não falhou. A burguesia temia que a aristocracia voltasse, retrocedendo todas as conquistas obtidas até o momento. Mas, por outro lado, temiam que a classe baixa exigisse por seus direitos, levando a construção do modelo liberal da sociedade e do Estado.

As indústrias começaram a ganhar espaço ampliando os mercados, a economia aumentava e a concentração de mão de obra era visível. A modernidade deu um passo ao progresso produtivo em busca de investimentos, mas também do lucro e o desenvolvimento industrial, gerando emprego a toda população e a criação da classe operária. Mas, os operários sofriam, pois, não tinham direitos, nem remuneração adequada, não havia segurança no trabalho, na maioria das vezes não tinham moradia, nem boa saúde e muito pior não tinham educação. Por mais que na lei, estavam formalmente escrito que era o único meio de proteger e reconhecer os direitos considerados fundamentais para todas as classes, na prática não era bem o que acontecia. A luta da classe operária tinha como objetivo o reconhecimento por seus direitos, como: direito ao trabalho, direito a organização sindical, direito a previdência social em caso de velhice, invalidez, aposentadoria, saúde, educação, férias remuneradas, transportes, saneamento básico, salários adequados e moradia. Desse modo, o Estado passa ser o agente promotor das garantias e dos direitos sociais.

Na terceira geração, focaram nas lutas sociais e as transformações socioeconômicas e políticas a fim de ampliar os direitos, passando a ser não somente direitos individuais como o direito coletivo. Em meados do século XX, os direitos ganharam força no cenário internacional, novos confrontos e contradições a fim de garantir e proteger a vida dos indivíduos. A partir do momento em que os Estados nacionais ganharam espaço, começaram a ter desavenças de interesses com a finalidade não só de marcar ou ganhar território, mas de demonstrar poder, porém, deixando de lado os assuntos internos e o bem-estar do cidadão. Assim, como nas duas guerras mundiais, onde a disputa por território e conflitos de interesses, a disputa por poder, através da força militar trouxe consequências devastadoras como: mortes em geral, fome, desabrigo, doenças, dor, sofrimento. E, ao final da primeira guerra mundial surgiu o direito dos povos que é o direito a solidariedade, por mais que no final das guerras os países assumiram sanções e multas, todas as pessoas buscavam por refúgio, e um caminho melhor para suprir suas necessidades. Foi a partir disso que perceberam que sem a população, não se conduz um Estado e reconhecem os direitos básicos como: o direito a vida, boa alimentação, saúde, educação,

segurança, informações e participação nas decisões públicas. Sendo de interesse individual, mas também coletivo e interessava a toda humanidade.

O mundo estava abalado e ainda buscavam forças de todas as partes para se reerguer, mas então chega a segunda guerra mundial, uma nova era comandada por Hitler e Mussolini considerados uns dos maiores violadores dos direitos humanos, lembrando que foram autores do massacre de seis milhões de judeus religiosos. Eram torturados por policiais como animais e nem ao menos obtiveram ajuda governamental, violaram todos os seus direitos, como por exemplos alguns: direito a vida, direito a liberdade de crença religiosa, direito de ir e vir. Com o final das guerras, e após tantas mortes e destruição despertaram para o ideal democrático no qual entenderam que a ligação entre a ciência, o poder e a inteligência se usado de forma errada é o caminho mais próximo para a destruição do mundo, como por exemplo: a bomba atômica Hiroshima.

Não somente os Estados assumiram esse compromisso de cidadania, mas também organizações internacionais que protegem os direitos humanos de cada pessoa, independentemente de seu país, cultura e religião. No princípio a ideia remete a coisas boas, um mundo seguro, protegido e feliz, mas na verdade na prática ainda ocorrem violações aos direitos humanos. Ou ainda, há muitos países em que a vontade do Estado prevalece contra a vontade do povo. Por exemplo: as desigualdades sociais entre a classe alta e a baixa.

Ao final da guerra fria, o mundo estava devastado de tantas guerras, seus principais sentimentos eram: medo, pavor e necessidades. A busca por mudanças, alterações nas relações internacionais ganharam grande proporção, surgiram novos atores, o impulso econômico considerado a “era das multinacionais” e também a destruição ambiental, pois, havia uma grande ameaça de guerra nuclear, porém, surgiram novos desejos e interesses, novos movimentos sociais e a garantia dos direitos com o esforço conjunto dos Estados, dos indivíduos, dos diferentes setores da sociedade e das diferentes nações.

Após a situação que se encontrava o cenário internacional, os países concordaram em aceitar novos atores internacionais que pudessem mediar os conflitos e manter boas relações entres os países com o intuito de manter a paz. Dessa forma, surge a Organização das nações Unidas (ONU) em 1945, com o papel de reestruturar o âmbito internacional, manter boas relações políticas e comerciais entre os países, manter a ordem internacional e solucionar conflitos de forma pacifica. Em 1948, os direitos, criou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um documento que tem como finalidade garantir o exercício de cidadania, definindo os direitos básicos do ser humano a uma vida digna e de qualidade, independente de nacionalidade, raça, cor, religião, sexo, política ou orientação sexual. Nesse trecho de Erival da

Silva (2012, p.66), cita as relevâncias das conquistas históricas juntamente com a Declaração dos Direitos Humanos:

No texto da Declaração relacionam-se os direitos civis e políticos (conhecidos por direitos de primeira geração: liberdade) e os direitos sociais, econômicos e culturais (chamados direitos de segunda geração: trabalho), e há, ainda, a fraternidade como valor universal (denominados direitos de terceira geração: espírito de fraternidade, paz, justiça, entre outros – nos considerandos e arts. I, VIII, entre outros)

Deste modo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos serviu para unir e regulamentar as relações entre governos e indivíduos, sendo cada um responsável pela efetivação dos direitos e deveres. O artigo 1º dito que todos são iguais perante a lei e não cabe a uma pessoa decidir o destino da outra, ou desfazer da mesma. Segue abaixo:

“Artigo I: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”

Não somente a declaração Universal dos direitos humanos tomava conta daquele momento histórico, mas, também outros direitos fundamentais, como por exemplo: o direito ao desenvolvimento e o direito à autodeterminação dos povos, no qual, devia existir uma autodeterminação política sem a intervenção de estrangeiros; estabelecendo uma nova ordem econômica internacional e o desenvolvimento alternativo. Com tantas destruições em massa, surgiu o direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, visto que a destruição ambiental afeta diretamente a toda vida humana, animal e vegetal e não é aceitável colocar em risco a existência de todos, assim, todos os Estados deviam ter a consciência de proteção e evitar conflitos sobre esse assunto que ameaça a vida digna e de qualidade de toda humanidade.

Todos os dias enfrentaram casos de violação à cidadania, mas é nosso dever nos conscientizar e impor nossas vontades perante o Estado sob nossos direitos, visto que a cidadania passou por muitas transformações e quem realmente seria o responsável por nossos direitos, seria Deus e o proveniente a vontade divina, ou já nasceu conosco, ou seria emanado pelo poder do Estado, ou seria na verdade o resultado de todas as lutas sociais entre as classes. Quem mais sofre são os países emergentes e subdesenvolvidos. São apreciáveis as conquistas que nos alcançaram até hoje, mas, ainda é preciso mais, para que os nossos direitos como cidadãos não fiquem sós na teoria, mas vividos na prática, por uma vida mais justa e igualitária.

É dever de todos lutar pelo o que é de direito e exigir boas condições para se viver, se informar, procurar saber, se educar e acima de tudo reivindicar por uma vida digna.

A História deve contribuir para a formação do indivíduo comum, que enfrenta um cotidiano contraditório, de violência, desemprego, greves, congestionamentos, que recebe informações simultâneas de acontecimentos internacionais e que deve escolher seus representantes para ocupar os vários cargos da política institucionalizada (BITTENCOURT, 2004, p. 20).

Todos os acontecimentos ao longo dos anos só se tornaram história devido as conquistas, lutas, reformas e transformações que cada época causou dentro da cidadania. Conforme dita o autor nesse trecho, os indivíduos devem ter responsabilidade e analisar toda história passada para ver o que realmente é necessário para a nova cidadania e futuramente virar história também.

2.2 CIDADANIA NO BRASIL

Cidadania não está relacionada apenas a conquistas, que no caso do Brasil, não foram muitas, mas o modo social de conviver dentro de um Estado. Mas, não podemos deixar de lado o progresso que alcançamos ao longo dos anos no Brasil, como por exemplo: a abolição da escravidão, o reconhecimento feminino que concedeu ao voto, a discriminação indígena, a luta rural e agrária por posse de terras, desemprego, miséria e concentração de renda nacional, analfabetismo, a opressão vivida no regime militar e a revolução das “diretas já”, ou a consciência do impeachment do Collor, as reivindicações sociais por direitos reconhecidos e a fortaleza criada entre os cidadãos, que somos nós que fazemos um país melhor.

O Brasil desde sua colonização já passava por desvantagens, visto que os interesses comerciais e de exploração territorial eram mais visados do que a integração do homem a civilização. Conforme os anos e após estabelecer as relações econômicas, a integração da sociedade passou ser importante, visto que não existia direitos e tanta importância, a partir dos fatores históricos a cidadania brasileira começa a se desenvolver em um ambiente democrático. No Brasil não há uma tradição cultural de valorização dos princípios do direito a cidadania, existe uma grande resistência envolvidos com problemas de liberdade e a garantia de seus direitos.

O Brasil é um país mundialmente reconhecido por suas cidades belas, sua cultura, e os escândalos políticos sobre corrupção. Infelizmente, o Brasil é um país que está em desenvolvimento desde o início da colonização, poucas foram suas conquistas e sua

independência também foi parte de um jogo de interesses. O país foi atrasado pela corrupção e não disponibilizavam empregos juntos aos indivíduos que eram de classe baixa, e assim viviam na miséria. Infelizmente o Brasil é um país discriminatório, no qual faz a distinção entre as classes, diferenciando as oportunidades de trabalho, educação, saúde e segurança. Poucos cidadãos tinham acesso ao conhecimento de informações sobre seus direitos e tardou para ser colocado em serem reconhecidos na prática, como por exemplo: o direito ao voto, a inclusão de etnias, a igualdade de pessoas, direito à vida e direitos básicos, etc.

Em meados dos anos 1950 e 1960, o Brasil era liderado por políticas autoritárias, no qual a liberdade dos indivíduos era limitada; era um confronto constante entre o direito do povo e os regimes militares, onde o poder político violentava de forma drástica o sistema dos direitos mais elementares do ser humano, entre eles: direito a vida, integridade física, manifestações de opiniões e expressão. Todos eram alienados pelo Estado, e foi preciso uma ação política real contra o autoritarismo do Estado para converter a situação, questionando a legitimidade do poder. Os cidadãos que mal podiam sair de casa, estavam fardados daquela situação opressiva e entrou com uma ação política reivindicando a reforma de governo, a ação prática e social, a liberdade coletiva e a defesa de seus direitos como cidadão. Para isso, formaram comissões de justiça e paz, ordem dos advogados do Brasil com o objetivo comum o fim do regime militar e a busca por respeito aos direitos humanos.

Em 1988, foi um marco para o Estatuto brasileiro, foi instituído a Constituição da República e também a Constituição Cidadã, no qual representa artigos democráticos a favor do cidadão. Percebemos a diferença na Constituição brasileira, quando ser cidadão não é mais apenas ter o poder de voto, mas ter cidadania garantida é ter direitos básicos como educação, segurança, informação, saúde, envolvendo a todos.

No momento em que pensamos sobre direito do cidadão, a primeira coisa que nos vem à cabeça é o direito do voto, uma conquista gloriosa que passou por muitos obstáculos para alcançar o direito dos dias de hoje. As votações no período colonial e do Império brasileiro eram limitadas, somente homens maiores de 21 anos e que faziam parte de uma classe social alta e de renda tinham o direito ao voto. Conforme os anos foram passando, a votação foi aberta aos demais homens, que muitas vezes vendiam seus votos em troca de: água, comida, dinheiro. E, alguns deles vendiam seu voto em troca de um cargo, um bom trabalho, um reconhecimento político. As mulheres tiveram sua iniciativa nas participações políticas eleitorais a partir de 1932, com a reforma eleitoral e o reconhecimento de igualdade entre as partes. E, assim, na Constituição Brasileira foi reconhecido que a soberania popular será representada pelo Sufrágio Universal que é o direito dos cidadãos e assim a ação política em meio ao voto direto e secreto

perante a lei. O voto popular tem a finalidade de eleger políticos e governadores para administrar e liderar o País, Estado ou Cidade. Os votos não devem ser vendidos, não devem ser subordinados e nem obrigados, cada cidadão é livre para votar no candidato de sua escolha. Os votos são obrigatórios para maiores de dezoito anos e é opcional para os analfabetos, menores de dezoito anos e maiores de dezesseis, maiores de setenta anos, porém, devem ser conscientes que o seu voto irá eleger governante e é nossa responsabilidade fazer a escolha certa.

O Brasil é um Estado no qual nossos governantes colocam os interesses pessoais em frente aos dos cidadãos, do que vale os direitos mais belos e dignos em um papel se a realidade que é vivenciada é outra; todos os dias veem notícias de violação de direitos, como: pessoas que morrem de fome, pessoas que morrem na fila de um hospital, pessoas desabrigadas, crianças entrando para o crime, pessoas na miséria, desempregadas. Enquanto, do outro lado da realidade uma porcentagem da população tem uma renda altíssima e mais uma vez a desigualdade social e diferenças de oportunidades assola nosso País. A democracia em nosso país veio com a finalidade de nos dar o poder de eleger pessoas que possam liderar esse país de forma justa e igualitária, mas na verdade a informação que temos acesso é tão pouca e tão falha que deixa a desejar. Metade da população nem sabem ao certo sobre seus direitos e é por isso que somos oprimidos pelo Estado. É preciso incentivar, acordar, lutar pelos nossos direitos para que possamos alcançar uma vida igualitária e digna.

Todas as pessoas são iguais perante a lei e possuem direitos a serem preservados, independentes de sua cor, raça, etnia, religião ou qualquer diferença física ou cultural. Todos devem ser respeitados por onde for esse é um fator mundial. Analisando as cidadanias democráticas, podemos ver algumas diferenças e semelhanças para com o Brasil. Pode se disser que os direitos brasileiros demoraram a ser conquistados e travaram muitas lutas e conflitos até alcançar as conquistas, principalmente com os negros, índios e pobres. E, os causadores desses ataques foram os colonizadores europeus na tentativa de manter os escravos negros e escravizar os nativos índios. Os direitos do cidadão estavam longe de ser de todos, pois, só eram considerados cidadãos os Europeus, os demais ou eram coisas, animais ou até mesmo nada. Mas, conforme os anos trouxeram consigo muitas mudanças no mundo; conquistou a independência, a democracia, novas formas de governo, separação do âmbito internacional.

Os direitos humanos ou do cidadão deviam ser para todos e não para escolhidos, por que um médico, por exemplo, tem mais direito do que um ladrão? As condições de vidas dos dois foram distintas, mas o ladrão não escolheria ser ladrão se tivesse a mesma oportunidade de educação, moradia, bens que o médico teve. A desigualdade toma conta do Brasil, e a segurança

do Estado serve à poucos, por isso não combatem a criminalização. Uma sociedade desigual e injusta e o primeiro passo deviam vir do Estado para realizar reformas serias dentro da sociedade.

Lamentavelmente o Brasil ainda está longe de atingir o modelo perfeito de cidadania, enquanto em seus Estados, como por exemplo, no Nordeste morrem por dia mil crianças de 0 a 1 ano e 5 entre 10 crianças não chegam aos 5 anos de idade e tudo isso por miséria, fome, desnutrição, violência. Segundo a UNICEF mais de 12 milhões de crianças de 0 a 7 anos são subnutridas. E, negros, favelados, mendigos, pobres em um mundo moderno que vivemos hoje não conseguem exercer seus direitos. A lei é formulada de uma forma justa, porém, a realidade é completamente diferente e infelizmente os mesmos tem falta ao acesso a justiça.

A realidade brasileira democrática e defensoria dos direitos humanos buscam enfrentar os problemas com a violência, caos social, impunidade e o império criminal. A imprensa por outro lado, mostra o Brasil com ordem, moralidade, bons costumes e honestidade. Mas, o real é a degeneração moral, promiscuidade, desonestidade, maldade, violência marginalidade e bandidagem. Um dos casos polêmicos a ser solucionados é quem realmente são as vítimas, seriam as pessoas de classe social alta, a elite que sofrem com tanta violência e criminalidade ou seria a classe social baixa que na maior parte das vezes sofrem com acidente de trabalho, escândalos financeiros, salários mínimos, violência policial, miséria, fome, falta de segurança, falta de auxílio médico e educacional.

2.3 CIDADANIA NO MUNDO

As mudanças no âmbito internacional com a chegada de novos atores governamentais e não governamentais, o conceito de cidadania se alastrou pelo mundo, com o novo plano internacional os direitos do cidadão era interesse de todos os Estados, assim, garantindo a liberdade de cada um dos indivíduos, não sendo somente interesse do Estado, mas uma obrigação internacional que por um tempo foi considerado um problema. O direito internacional dos direitos do cidadão ganhou grande proporção e permitiu a relação entre os Estados, nações e grupos na ordem internacional.

Com o surgimento de novas organizações internacionais como, por exemplo: ONU, OIT, UNESCO, OEA tinha como finalidade solucionar problemas, conflitos, atritos e qualquer discussão internacional, cada qual com sua função, mas com o objetivo comum manter a ordem e o respeito pelos direitos do cidadão. Foram aplicados sistemas para o cumprimento dos direitos e principalmente para manter a paz entre os Estados, porém, nenhum órgão era

coercitivo e poderiam aplicar leis, cada organização era responsável para reprimir quando os direitos eram violados.

Em dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a Declaração dos Direitos Humanos, tal documento possui 30 artigos que define os direitos fundamentais do ser humano, assim, promovendo uma vida digna para todos os indivíduos do mundo, sem preconceitos contra nacionalidade, cor, sexo e orientação sexual, política e crenças religiosas. Um dos objetivos desse documento, além de manter o respeito entre os povos e a sociedades, é incentivar a educação e promover o respeito a esses direitos e liberdade através da cidadania nacional e internacional, sendo assim, direitos válidos dentro e fora de seu território nacional.

Artigo II – Declaração dos Direitos Humanos (1948):

- 1- Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
- 2- Não será tampouco feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Nos dias de hoje a cidadania abrange todos os aspectos políticos, são cidadãos todos aqueles que vivem em um território e assumem a responsabilidade de cumprir com as obrigações da constituição daquele Estado. Por exemplo: Na Grécia Antiga os privilegiados cidadãos davam sua opinião na Assembleia a fim de melhor representá-la politicamente. Nos dias atuais, seu governo é a democracia representativa, no qual todos os cidadãos elegem seus representantes, como no Brasil. Nos países da União Europeia, por exemplo, qualquer pessoa que esteja dentro do território europeu é considerado cidadão, possui direitos e deveres da mesma forma que devem ser respeitados, podem morar e viajar livremente pelos países da Europa, independentemente de sua nacionalidade, mas devem ter uma participação no desenvolvimento como: estar estudando ou trabalhando. Qualquer cidadão pode participar das atividades políticas da Europa, mesmo que seja de outro país, desde que tenha a nacionalidade europeia que as políticas públicas emitem e explicam através do relatório de cidadania. A nacionalidade brasileira pouco se difere da Europa, todos são considerados cidadãos desde aqueles que nascem em território brasileiro, pelos filhos de brasileiros que nascem em outro país. Ou, a mais recente a naturalização, por exemplo: Há muitos estrangeiros no Brasil, eles podem adquirir a nacionalidade brasileira se residir por mais de 15 anos, cumprir com as leis,

sem condenações penais, saibam ler e escrever português e que registrem todos os documentos perante a constituição brasileira. Podemos ainda comparar com a cidadania de um dos países mais influentes do mundo: Os Estados Unidos; somente são considerados cidadãos, os estrangeiros que possuem o Green Card (cartão residente permanente) ou a cidadania naturalizada. Para obter cidadania dos Estados Unidos não é tão diferente do Brasil, você pode possuir se nascer no país, tiver um filho dentro do território ou mesmo que seja fora do território, mas que você seja americano. No caso de naturalização os requisitos são mais complexos, é necessário: o Green Card, ter mais de 18 anos, saber ler e escrever e falar o inglês, ter conhecimento da história, ter a ficha criminal sem antecedentes, ter uma boa conduta moral, estar no país 5 anos ou mais, ser casado com um cidadão americano, entre outros requisitos. E assim, levar seus documentos onde for designado, fazer um teste para ver se realmente está pronto para ter a naturalização estrangeira e assim, cumprir deveres e assumir seus direitos e algumas garantias que disponibilizam.

Os Estados Unidos um dos países mais influentes do mundo, desde o início, passou por muitas mudanças com o decorrer do tempo. Não há muito tempo atrás, as dificuldades que nossos avôs passaram pós-guerra, a fome, a miséria, a busca por abrigo, os direitos violados e não reconhecidos. A discriminação dos negros, onde separavam as classes como se fossem sujos ou coisas. Na década de 60, havia uma separação para pessoas brancas e para negros, no qual eram discriminados por sua cor e taxados como incapazes, não eram bem aceitos, não se relacionavam, não frequentavam o mesmo lugar, o mesmo transporte, a mesma sala, o mesmo banheiro, restaurante, não tinham o mesmo salário, não podiam escolher a profissão que queria por mais que fossem capazes, enfim não se misturavam. Tiveram que aos poucos, juntamente de revoluções e demonstrações mostrar seu valor.

Os negros de todo mundo sofreram a discriminação, podemos observar pelo o continente africano que pós-guerra-fria foi completamente ignorado por todas as partes. Enquanto o mundo era bipolar, comandado por EUA e URSS, o continente africano era de interesse da URSS, mas com a vitória dos Estados Unidos e a Rússia não conseguia naquele momento se reerguer, o continente africano foi ignorado e a ideia de regionalização não os agrada, havia muita miséria, muita fome, pouca renda, muitas guerras que resultaram em emigrantes para os estados europeus que fecharam sua fronteira por medo ao invés de oferecer auxílio e o grande genocídio, como em Ruanda. Somente após a criação da UNIÃO AFRICANA começaram a resolver conflitos regionais em busca de paz e desenvolvimento africano.

Cada Estado dispõe um conceito de cidadania, mas todos garantem direitos e deveres. Assim, os cidadãos devem cumprir com suas obrigações mediante a constituição do Estado em

que vive, mas, também é necessário que seja colocado em prática e que o Estado cumpra com a sua parte, tendo de início desde a educação de qualidade, saúde, segurança, e dando maiores oportunidades para o cidadão participar nas políticas públicas. As lutas constantes pelos direitos não são apenas pelo reconhecimento formal, mas, contra a opressão, contra exploração econômica, fim da miséria e a verdadeira efetivação dos direitos, não somente nos documentos oficiais, mas não pratica.

3. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

No momento em que ouvimos falar do direito dos indivíduos, automaticamente associamos a cidadania ou aos direitos humanos. O baseamento histórico é praticamente o mesmo, as duas palavras possuem conceitos diferentes, mas uma finalidade em comum: os direitos devem ser respeitados e exercidos. A cidadania nada mais é que a formação de direitos e deveres no qual os indivíduos se submetem perante a sociedade em que habitam. Já os direitos humanos, são direitos básicos para todas as pessoas, independente de qual lugar estiver, são os mesmos direitos libertários para todos os indivíduos. São conhecidos e reconhecidos por: direito de liberdade, direito do homem, direito natural perante a lei.

Os direitos humanos estão presentes em todos os dias de nossas vidas, onde quer que estejamos, seja no Brasil ou na China, por exemplo. Por mais que não é possível detalhar a necessidade de todos, é algo fundamental que sejam colocados em prática e não fiquem formulados apenas em documentos estatais. Devemos nos lembrar de que os direitos humanos servem a todos e não para alguns, e não deve ser feitas diferenças uns dos outros e é nosso dever reivindicar, lutar, e buscar por eles, afinal, todas as formas de exigir são justas e legítimas em favor não somente do indivíduo, mas para a cidadania também.

Para os seres humanos, indivíduos de qualquer território, de qualquer parte do mundo o que prevalece para eles é a cidadania e seus valores em sociedade e os direitos humanos. Assim, a cidadania é a construção de vida social através de um conjunto de práticas e direitos dentro de uma constituição estatal. Enquanto, os direitos humanos são direitos normativos e jurídicos baseados na proteção da dignidade universal e um depende do outro.

3.1 RELAÇÕES ENTRE DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA

A busca incessante de obter reconhecimento e uma qualidade de vida melhor pelos seres humanos está numa jornada de mais de 200 anos e até o presente momento nos trouxe diversas mudanças. O primeiro passo foi dado pela reivindicação da cidadania, se lembrar a pouco dito: a cidadania era de poucos, eram considerados cidadãos nos tempos antigos todo aquele que possuísse renda, território ou classe social alta. Enquanto as mulheres, escravos, camponeses, crianças, pobres eram vistos como coisas. Assim, a opressão da classe alta sob a classe baixa provocou contestações e induziu a buscarem por reconhecimento como pessoas, cidadãos e a luta travada por igualdade de direitos e pela reivindicação da vida.

Os indivíduos deram o primeiro passo, por mais que na prática ainda era falho, na teoria todos eram considerados cidadãos, mas poucos poderiam exercer a cidadania. Como por exemplo: somente homens poderiam votar. Somente tempo depois, as mulheres foram consideradas iguais perante a lei e puderam votar também. Mas, na verdade o que realmente os indivíduos queriam era manter a esperança de que juntos, formaria um mundo melhor e reconhecidos pelo Estado e fazendo parte do vocabulário sócio-político estariam mais perto de seu objetivo.

Perante a lei e por documentos, todos eram cidadãos, porém na prática não era bem o que ocorria a violação dos direitos eram gravemente percebíveis, como por exemplo: a exploração do trabalho, a violência, o preconceito. Podemos citar alguns casos de violação de direitos, no qual a cidadania não poderia resolver, mas ia contra os direitos humanos, como:

A tortura nas delegacias polícia contra os judeus, a ação dos esquadrões da morte, a devastação do meio ambiente, o massacre contra as nações indígenas, as condições de vidas dos sem tetos, a diversidade cultural. Os direitos humanos não podem ser definidos individualmente, mas fundamental no coletivo dentro de uma sociedade, assim englobam o direito a vida, a segurança individual e a preservação da humanidade. É dever de o Estado reconhecer e proteger os direitos humanos mediante a lei a fim de estabelecer equilíbrio e paz na sociedade.

Os direitos humanos têm como foco melhorar as condições de vida, direitos políticos e os direitos sociais e assim, fortalecendo a cidadania contra o subdesenvolvimento, o atraso, a destruição humana e ambiental. E, é necessário darmos continuidade a luta por liberdade por mais respeito aos seres humanos e por uma democracia justa e só será realizada se todos os cidadãos entenderem e buscarem por informações que mude realmente a forma de governar do Estado.

3.2. EXISTE UMA CIDADANIA UNIVERSAL?

O conceito de cidadania é variável de acordo com a concepção política-ideológica de cada Estado, não existe uma uniformidade conceitual. É impossível a existência de uma única fundamentação dos direitos do cidadão e direitos humanos, visto que variam devido ao modo de organização da vida social de cada Estado, o necessário é que sejam respeitados os direitos dos cidadãos.

Atualmente, com os tempos modernos ficou ainda mais fácil transitar de um país para o outro. No Brasil, podemos ver por dia a quantidade de estrangeiros que chegam, seja para trabalhar, estudar, em busca de uma vida melhor ou até mesmo por facilidade ou falta de escolha. A cidadania universal vem de uma ideia antiga, visto que os migrantes eram vistos como estranhos e hoje tem tanto direito quanto qualquer outro cidadão, desde que siga com as leis.

Em meados dos séculos XIX, o filósofo Immanuel Kant, lançou uma tese em propósito aos direitos e respeito aos princípios dos migrantes estrangeiros, em valor da cidadania universal. Sua relação de respeito estava baseada ao Princípio de Hospitalidade no Direito Cosmopolita. Ao menos uma vez na vida, em aulas de filosofia e sociologia ou até mesmo nas aulas de histórias o nome Kant deve ter sido citado, por suas inúmeras contribuições, principalmente na defesa de uma comunidade internacional pacífica baseado no direito a fim de obter a paz.

Há três dimensões no direito para Kant, a primeira: interno, segunda: Internacional e a terceira: Cosmopolítico ou Cosmopolita e todos se relacionam a fim de um objetivo comum. O direito internacional tem o poder de agir e regular as relações entre os Estados dentro de um cenário mundial, dentro de uma organização mundial ou uma comunidade mundial de Estados. Os Estados têm obrigação de seguir os direitos internos e ter uma boa relação com seus cidadãos. E, por fim o direito Cosmopolita seria a relação entre um Estados e cidadãos de outros Estados com a finalidade de manter uma relação de paz dentro de qualquer sociedade em qualquer Estado, relações universais, no qual estrangeiros e nacionais sejam tratados de formas iguais e sem rixas. Porém, a realidade de um estrangeiro poder fazer parte de uma sociedade sem distinção e obter os mesmos direitos não é tão fácil, então o Direito Cosmopolita não se trataria apenas de território ou política, mas de Direitos Humanos, um direito universal.

Kant acreditava que para manter a paz mundial, os conflitos das relações internacionais deviam ser solucionados pelos direitos. Desse jeito, no momento em que um conflito ou uma guerra possa ocorrer, é dever moral dos Estados resolvê-los por meios dos direitos e de consenso a fim de promover a paz. Mas, quando Kant diz sobre guerras ou conflitos, não são somente armadas ou de mortes, mas, qualquer tipo de violência entre os Estados, em relação também as sociedades eliminando qualquer tipo de preconceito, racismo ou xenofobia.

Juntamente com os elementos da Carta das Nações Unidas e o auxílio da Declaração dos Direitos Humanos, foram essenciais para o surgimento da Universalização dos Direitos Humanos, assim, abrangem novos temas alicerçados por um conjunto de deveres e direitos para os cidadãos de todo o mundo, promovendo harmonia entre os povos e a paz coletiva.

Abordavam alguns temas como: a igualdade e a liberdade, a vida digna e de qualidade, e a erradicação por distinção de cor, sexo, opinião política e religião, o primordial que é o direito à vida e contra qualquer atitude que viole os direitos humanos.

[..]. Após a segunda guerra mundial cresce a necessidade de reconstrução e universalização dos direitos humanos, sendo indispensável à criação de um sistema normativo de âmbito internacional com o intento principal de proteger esses direitos, fato concretizado na Carta das Nações Unidas de 1945, figurando esta como o primado do reconhecimento internacional inerente aos direitos do homem. A concretização de um sistema de proteção internacional dos direitos do homem evidencia como possibilidade de evitar a repetição da tragédia, perquirindo assim a efetivação da limitação dos poderes do Estado soberano na órbita mundial [...] (LAMY, 2006).

O fundamento principal dos direitos humanos universal foi pelo histórico de guerras, conflitos e devastações humanas ocorridas ao longo do período, então, foi necessário

estabelecer direitos éticos, porém, válidos assim como qualquer outro; protegendo não apenas um povo, mas todos os povos, sendo direitos válidos para todo ser humano do planeta terra, protegendo sua dignidade e respeitando sua vida e seus direitos, independentemente das diferentes culturas e sociedades. Por mais que a maior parte dos membros da ONU concordou com a declaração dos direitos humanos universais, ainda existe um preconceito e um relativismo cultural predominante, no qual cada sociedade possui princípios e crenças diferentes umas das outras, e muitas vezes não concordam com todos os direitos o tornando segundo plano. O relativismo cultural é válido nos países, mas, existe um limite e tolerância, muitas vezes baseada pela lei, então, por exemplo: Um país aceita os direitos humanos, mas segue por suas tradições e crenças, mas, se existe casos de violência contra uma criança não é tolerável, não é aceitável, é crime. O Professor e Doutor André de Carvalho Ramos, em seu livro: Curso de Direitos Humanos introduz uma reflexão sobre o relativismo e o universalismo, sendo ela:

A proteção dos direitos humanos, quer nas primeiras revoluções liberais, quer nos dias atuais, continua sendo uma conquista, não pertencendo à determinada tradição cultural, mas sim objeto de permanente disputa política, durante a qual tradições culturais e religiosas podem se alterar e novas leituras dessas mesmas tradições podem aflorar. (RAMOS, 2005, p 193).

De acordo com a situação dos dias de hoje, os direitos humanos não são apenas valores éticos, mas, valores políticos e fixos, e é de grande ressalva, no qual todos os seres humanos possuem direitos fundamentais e que devem ser respeitados independente de seu território, de suas crenças religiosas, de sua cor, de sua raça, de sua cultura, de seu governo político. E, é dever do Estado e da sociedade garantir que sejam cumpridos os direitos pelos países. Já dizia Bobbio (1992, p.24) “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justifica-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”.

Os direitos humanos conquistaram um grande espaço entre as nações, sendo consagrados universais. Assim, para que obtenha uma cidadania mundial é preciso coloca-los à frente de todos os empecilhos, como por exemplo, a nacionalidade ou permanência legal de uma pessoa em um determinado país, dando liberdade e oportunidade para se conviver socialmente, moralmente, politicamente e culturalmente em qualquer nação, com seus princípios e direitos preservados, como por exemplo: direito a vida, a um trabalho, a uma boa educação, saúde, saneamento básico, segurança, entre outros. Dessa forma, as leis dos direitos constitucionais de proteção aos seus cidadãos e o respeito por seus direitos e principalmente das minorias devem ser aplicadas baseadas nos direitos humanos. Como também pelo direito

internacional que deve priorizar os direitos humanos acima de qualquer outro interesse estatal ou governamental, para que haja uma boa relação entre os países e paz no mundo. Assim, colocando a frente os direitos humanos protegem qualquer indivíduo de ser maltratado ou injustiçado seja no seu país de origem ou qualquer outro lugar.

A cidadania universal tende a promover a paz entre as nações através dos direitos humanos, e assim, levar essa questão com maior seriedade, pois, vivemos em um mundo globalizado com valores adulterados, mas a predominância dos direitos humanos devia ser válida promovida e garantida em qualquer lugar do mundo. Entretanto, ainda existe dificuldade para ser praticados, pois, cabe cada Estado assumir e cumprir com esses direitos. Assim, as violações dos direitos humanos são constantes, todos os dias encontramos casos verídicos de violação em que os políticos e a justiça ignoram e não cumprem os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o primeiro passo para que essa situação mude é que cumpram o que foi estipulado e acordado. É necessário que as relações entre os indivíduos dos Estados sejam permitidas, pois, assim além de manter a boa convivência entre os indivíduos expande as relações entre os Estados permitindo benefícios para ambos os lados e a promoção da paz.

4. COMO TRABALHAMOS A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO?

O primeiro ato de educação é na criação de um indivíduo, no momento em que os pais ou responsáveis ensinam enquanto crianças, como por exemplo: a formação, os princípios morais, os costumes, as doutrinas e a convivência social. Ninguém nasce sabendo do que é certo e errado, por isso, enquanto crianças devem ser instruídos a distinguir os dois a fim de torná-los responsáveis e conscientes sobre seus atos e deveres como cidadãos. O modo de ser de um indivíduo diz muito sobre suas ações, e assim, não há como nascer um ser perfeito e a partir das práticas da educação que construímos um indivíduo, não somente um, como toda uma sociedade.

Um dos deveres do Estado e assim também por lei é dar oportunidade e disponibilizar todo tipo de educação a sua população, todos merecem ter educação de qualidade. A principal estrutura educacional são as escolas. As escolas devem ter estrutura para matricular uma boa quantidade de alunos, ter bons funcionários e professores qualificados e materiais didáticos para serem bem aproveitados. Os alunos na maioria das vezes passam mais tempo na escola e convivendo com professores e seus colegas do que dentro de casa e convívio com a família,

porém, desde pequenos ensinam a conviver em sociedade. A educação é um fator predominante na vida de qualquer indivíduo e principalmente na vida de uma criança, pois, é nesse momento que está sendo gerada a formação de seu caráter. E, também é de grande responsabilidade prepara-los como bons cidadãos e conscientes na política, “é preciso plantar a semente da educação para colher os frutos da cidadania” (FREIRE,1997)

As escolas e instituições de ensino são fundamentais e são consideradas um fator indispensável para instrução de cidadania na vida de um indivíduo, porém, educação não se aprende apenas nas escolas, educação aprendemos com os pais e a convivência cotidiana entre as pessoas, assim, o mais importante nesse caso não é apenas ser alfabetizado, mas principalmente ter consciência de seus direitos e deveres como cidadão, a fim de provocar o desenvolvimento social, político, econômico e também a instrução formal. Então, dessa forma a educação é um ponto chave na cidadania e permite o acesso aos bens formais, materiais e culturais feitos em sociedade e remete também aos exercícios dos direitos e deveres antevistos pela Constituição da República.

No Brasil a declaração do Direito à Educação foi melhorada e priorizou a garantia de cumprimento, podendo ver detalhadamente na Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil de 1988, diferente da antiga legislação que estava apenas no papel, agora o Estado é obrigado a cumprir com seu dever de disponibilizar uma boa educação para todos os indivíduos. Mesmo assim, ainda é falho visto que comparando com os demais países do mundo, o perfil de escolarização do Brasil é um dos piores, no qual apenas 22% dos ingressantes concluem o ensino fundamental de oito anos, e apenas 39% concluem até a 5ª série. “O Direito à Educação na Constituição de 1988 A declaração do Direito à Educação aparece no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, [...] na forma desta Constituição.”

A cidadania envolve não somente os direitos dos indivíduos, mas a base é a coletividade da sociedade que é primordial. Conforme os anos passam, traz consigo o progresso social e transformações por suas práticas coletivas em sociedade. O coletivo faz com que todos trabalhem juntos, que o poder seja distribuído de forma justa e que haja mais humanização e solidariedade entre os povos, assim, classificando e conceituando a cidadania. Todas as pessoas devem ser educadamente éticas, e não é somente pelas escolas, mas pelos valores, práticas, reconhecimentos, deveres, privilégios e repreensões, sanções e condenações. No caso das crianças, por mais que tenham direitos de cidadania, no momento não podem responder por seus atos ou lutar por reivindicações, mas através da educação podem ser instruídas e preparadas para a formação de um bom cidadão.

A ONU tem o dever e proteger e manter a paz e a dignidade da vida humana em todos os Estados membros, assim, o Brasil sendo um membro permitiu a entrada de uma instituição internacional com a finalidade de melhorias para a educação e para preservação dos direitos das crianças. Em 1945, a ONU criou uma agência para lidar com a educação, a ciência e a cultura a UNESCO, com o final da Segunda Guerra Mundial os direitos humanos estavam ganhando seu espaço, e objetivo era garantir a paz por meio de cooperação entre as nações e resolução de conflitos entre as sociedades. Porém, somente em 1964 foi estabelecido a UNESCO no Brasil, e iniciando as atividades em Brasília apenas em 1972 com a finalidade de defender por uma educação de qualidade para todos e o desenvolvimento humano e social. Assim, a UNESCO desenvolve projetos de cooperação em parceria com o governo, União, estados e municípios e auxiliam na formulação de políticas públicas acordadas dentro dos estados-membros da organização. Na área da educação a UNESCO tem um papel importante de promover o acesso a uma qualidade de educação para todas as pessoas, incluindo jovens e adultos, a vista disso a UNESCO ampara com ações e fortalecimentos nas capacidades nacionais, acompanhando de perto os avanços das políticas nacionais na educação afim do desenvolvimento social e econômico dos países. Já nas áreas de ciências naturais a UNESCO prioriza dois temas o desenvolvimento científico e tecnológico que tem o propósito de transformar o ambiente social por princípios éticos. E, a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Esses temas são propostos e implementados ao Brasil através de convenções internacionais, acordos de cooperação nas áreas de implementação das políticas de ciência e tecnologia, educação científica, educação ambiental. Na área de Ciências Humanas e Sociais sua missão é ampliar o conhecimento e promover as transformações sociais junto aos principais valores de justiça, liberdade e dignidade humana. Na prática brasileira esse tema aborda a inclusão social, redução de pobreza e das desigualdades, por projetos e parcerias com o governo federal, estados e municípios. Como por exemplo: Escola família, que abre aos finais de semana oferecendo atividades diferenciais e recreação culturais e esportivas para crianças e jovens.

Em 1950 foi instalada no Brasil a agência do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sua função é auxiliar na transformação na vida das crianças e adolescente e principalmente na instrução e preservação de seus direitos. O Brasil passava por momentos críticos de desenvolvimento econômico e não tinha espaço para lidar com os direitos do cidadão, principalmente os da criança e era necessária uma reforma nesse cenário, dessa forma o UNICEF realizou grandes campanhas como o aleitamento materno, vacina contra vírus, mas, o mais marcante e reconhecido foi a mobilização para aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permitindo o acesso

universal a educação de qualidade e dos programas de enfrentamento para erradicar o trabalho infantil. O UNICEF ganha espaço cada vez mais no Brasil, seus programas são feitos a partir de contribuições voluntárias, e doações de recursos, mesmo assim são muitas realizações e assim, grande parte de suas ações resultam na busca por igualdade e no desenvolvimento das crianças e futuras gerações. Existem dois projetos predominantes com a aprovação do Selo UNICEF que é a redução de desigualdade no Semiárido e na Amazônia legal brasileira com o restante do país e nos centros urbanos também visa a redução das desigualdades intermunicipais pela Plataforma dos Centros Urbanos. Para que sejam realizadas com êxito todas as plataformas de trabalho contam com parcerias educacionais, assim garantido a sobrevivência e o desenvolvimento, o aprender, crescer sem violência, preservação contra doenças. Assim, quando a causa é nobre e voltada para projetos com crianças e adolescentes a UNICEF oferece apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento dos projetos, boas práticas a fim de promover mudança nesse cenário. E, também como é uma instituição internacional todas as sedes têm como projeto unir os Estados e organizações a fim de esclarecer que as crianças e os adolescentes são o futuro das nações e seus direitos devem ser priorizados nas agendas governamentais, estatais e internacionais. Entretanto, os projetos e as tentativas de solução são falhas no Brasil, visto que não tem compromisso político e a população é quem sofre. Ainda hoje, 38% das crianças e adolescentes vivem na miséria e na pobreza e não possuem qualidade de vida e nem respeito por seus direitos. A instituição expõe suas recomendações ao governo brasileiro para criação de novas medidas educacionais, reforçando a proteção dos direitos das crianças e a fixação do poder da cidadania.

Os direitos sociais e a igualdade entre as pessoas só entraram em vigor no Brasil no ano de 1988, antes disso o Estado não tinha obrigação formal de garantir os direitos e nem uma educação de qualidade. A desigualdade das classes vem desde essa época, quando era permitido um estudo de qualidade apenas para as classes sociais altas, em colégios de freiras, instituições educacionais para filhos de empresários, advogados ou médicos. E, aqueles que não podiam pagar e moravam em áreas rurais enfrentava uma grande dificuldade para conseguir completar a primeira série do ensino fundamental.

No ano de 1990, após a promoção de uma educação igualitária e de qualidade, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reconhecido no ART 227 da Constituição federal, defende os direitos das crianças e do adolescente, no qual, é considerada como “criança” uma pessoa de até 12 anos incompletos e os adolescentes de 12 a 18 anos. Tem o poder de criar leis e obrigações. Sua finalidade é a proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes, a sua sobrevivência, o desenvolvimento social e educação e a integridade física, moral e

psicológica. Em casos de violações ou ameaças contra os direitos da criança, tais como: abuso e violência sexual, violência doméstica, violência física, venda de bebidas alcoólicas e drogas, maus tratos, trabalho infantil, entre outras violações, o ECA toma medidas protetivas e as aplicam sejam quem for os causadores, como: O Estado, sociedade ou até mesmo a família.

De acordo com o Art. 227 da Constituição Federal (1988):

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Os direitos das crianças e dos adolescentes são iguais, independente do Estado ou território, diferente do último código de menores que protegia apenas os menores irregulares, como: órfãos, abandonados, infratores, marginais. Por meios executivos, judiciário e legislativo, existem leis aplicadas baseadas na educação, procuraram reformar e abrir novas escolas públicas dando oportunidades a todas as crianças e adolescentes de estudar e garantir um desenvolvimento de sua formação. E, o Estado ou municípios ou responsáveis públicos fiscalizam o cumprimento das mesmas. Cuidaram para que as mudanças fossem significativas, e pudessem ter acesso as escolas perto de suas residências.

A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação. O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado. MARSHALL (1967, p.73).

As escolas e instituições de ensino educacional estão crescendo cada dia mais, com maior disponibilidade de vagas em creches e pré-escolas para as crianças de zero a seis anos de idade. O ensino fundamental do 1º até o 9º ano é gratuito nas escolas públicas e obrigatório. E, dessa forma amplia as chances de concluir o ensino médio. O Estado assume o compromisso de aumentar a qualidade de ensino disponibilizando matérias extras curriculares como: pesquisas ou movimentos culturais artísticos. E também, aos adolescentes que trabalham desde já o ensino noturno. Não pode e nem deve ter empecilhos que dificulte a estadia do aluno na escola ou para chegar até ela, nesses casos é preciso que os pais garantam a matrícula de seus filhos nas escolas dentro do prazo estabelecido e de preferência que seja perto de suas

residências, mas caso não for possível acompanhar a frequência de aula e faltas. Os pais ou responsáveis devem ser os primeiros a manter o aluno na escola, incentivando a educação, o estudo e os benefícios que podem vir a trazer no futuro, ensinar que devem respeitar os professores e funcionários e realizar as atividades propostas por seu próprio bem intelectual. O Estado deve disponibilizar transportes nos horários de entrada e saída das escolas. Os alunos devem ser bem cuidados, afinal a escola é a “segunda casa”, assim, deverá ser tratada com respeito e ter cuidados como: sua segurança dentro da escola, a alimentação, bom convívio.

As crianças não possuem autonomia e discernimento para se defenderem sozinhas quando algo está errado, mas, não quer dizer que não possuam direitos como qualquer outro indivíduo. Assim, os pais e responsáveis devem procurar o poder público, que nesse caso é a defensoria pública através da assistência jurídica, assume o papel de defesa, de orientar, informar e conscientizar a população a cerca de seus direitos. Em casos de desleixo escolar, se responsabilizam também em pressionar por reformas para aumentar a qualidade do ensino, podendo ver quando ocorrem greves ou fechamentos de escolas, a defensoria pública sempre está por trás desses atos com suas razões pertinentes.

E, também existe o Conselho Tutelar mesmo não sendo um órgão jurídico, mas se responsabiliza pelo zelo do cumprimento das regras e normas da ECA. O Conselho Tutelar é o órgão mais procurado quando existe uma negligência com as crianças, como por exemplo:

Se uma família nova chega à cidade fora do prazo de matrículas nas escolas e perto da sua residência todas as vagas estão preenchidas, o Conselho tutelar se encarrega de ajudar e encontrar uma vaga para a criança e de preferência perto de sua residência. Porém, não é tão simples quanto parece, o Conselho tutelar trabalha com muita seriedade para garantir que os direitos das crianças sejam preservados. Assim, exigindo a frequência obrigatória nas escolas podendo ser aprovado se tiver com até 75% de presença. Quando a situação de um aluno é crítica e o mesmo não comparece as aulas e não cumpre com seus deveres e obrigações escolares, como em casos de faltas constantes, não realizam as atividades, desrespeito com os colegas e professores, são analisados e tomam providências rígidas como muitas vezes: expulsão ou repetência de ano.

O governo brasileiro passa por dificuldades em relação a educação pública, no qual muitas escolas estão desestruturadas tanto o prédio quanto de professores e educadores. Sendo assim, é um desafio diário manter os alunos dentro da sala de aula com materiais incompletos, ou a falta deles, ou pela falta de comprometimento dos professores e educadores. Dessa forma, para que não desistisse de estudar, principalmente os alunos de família de classe baixa, o governo ofereceu um auxílio financeiro para as famílias de baixa renda, porém, para que possam

usufruir do dinheiro os filhos devem estar matriculados e ter uma boa frequência na escola. No Brasil, por exemplo, o programa é a bolsa família, que seu principal objetivo é ajudar as famílias de baixa renda sair da situação e da miséria, dando a elas uma oportunidade de garantir os direitos à boa alimentação, acesso à educação de qualidade e um bom atendimento de saúde. Assim, para que o programa fique ativo nessas famílias é preciso atender alguns requisitos, como: sempre manter a situação financeira de cada família atualizada, manter os filhos matriculados na escola e verificar sua frequência escolar, sendo mínima de 85% para os alunos de 6 a 15 anos e de 75% para os alunos de 16 e 17 anos. No começo desse ano (2017), foram matriculadas 1,3 milhão de crianças com até 6 anos de idade nas escolas por conta do programa. A intenção do programa além de auxiliar as famílias pobres, é de incentivar as crianças a irem à escola, ter uma boa educação e um desenvolvimento para que tenham força de vontade de sair dessa vida de miséria e lutarem por isso.

Por mais que seja uma grande iniciativa do governo, muitas crianças que vivem na miséria e na pobreza infelizmente conheceram o mundo da criminalidade, mas, independentemente da situação o direito a educação vale para todos, e a educação é um meio de mudança de vida. Existe uma medida socioeducativa do ECA para os menores infratores que é conhecida como: Liberdade Assistida. A educação é para todos, eles perdem a liberdade dos direitos e deveres estipulados pelo ECA, porém, não podem ficar sem estudar e a penalização não pode ser prejudicial à sua educação, assim, cumprem parte da pena na escola realizando acompanhamentos escolares, ou prestações de serviços públicos a comunidade.

O Art. 119. do ECA incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros (1980):

- I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;
- II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;
- III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;
- IV - apresentar relatório do caso.

Outro caso, enfrentado com maior frequência nos últimos anos é a inclusão social dos portadores de deficiência. Os alunos que possuem alguma deficiência física ou mental sofrem logo de início o preconceito da sociedade, e principalmente das crianças que não entendem que ser diferente é normal e devem acolher ao invés de excluir. Porém, nos parâmetros do ECA os

direitos educacionais para os portadores de deficiência são iguais aos de qualquer um, mas com algumas exceções como: atividades especializadas, recursos e cuidadores.

Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer Art. 54 (1980).
É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

(...)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

(...)

O governo também tem seus deveres para cumprir em relação aos portadores de deficiência, como por exemplo, na estrutura escolar adaptando rampas, banheiros, carteiras, materiais para recurso e na contratação de professores especializados. As escolas devem estar preparadas para receber um aluno portador de deficiência, com laudo nas mãos e disponibilidade de ajudar no desenvolvimento educacional dessas crianças. Os educadores ou professores devem ser preparados também para lidar com esses alunos e preparar atividades diferenciadas e assumir a responsabilidade de ensinar com a mesma ou com maior dedicação que aos demais, e incentivar a integração social, lidando com o estranhamento de início dos alunos e mostrando aos poucos e com cuidado para não ofender ao próximo que ser especial não torna ele menos ou mais que os outros, assim, estimulando a aceitação e a socialização, evitando o preconceito e o bullying.

Conforme os anos foram passando, os direitos humanos viraram prioridade no âmbito internacional, e assim, sempre estão em busca de novos projetos a serem realizados com a intenção de alcançar um progresso no desenvolvimento social, erradicando a pobreza e a desigualdade. Assim, em setembro de 2000 em Nova Iorque surgiu um plano para o progresso social chamado: A Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A ODM é um plano estratégico da ONU que reuniu 189 países membros a fim de cooperar e buscar meios para melhoria da vida das pessoas envolvendo a luta contra a pobreza, a preservação do meio ambiente, direitos humanos. O mundo está dividido entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, assim, alguns desfrutavam de um futuro próspero enquanto outros mal sabiam o que seria do amanhã, pois, estavam vivendo sob miséria e necessidades. Então foi preciso tomar algumas providências, começando pelo reconhecimento da situação e a criação de medidas coletivas para manter a paz e a segurança, o desenvolvimento humano, social e econômico. Os países então acordaram e comprometeram a ajudar no desenvolvimento social e humano até o ano de 2015 analisando as mudanças significativas que serão tomadas, não somente para os países subdesenvolvidos, mas, para todos. Os objetivos da ODM visam principalmente o desenvolvimento social e o progresso das crianças, pois, não conseguem se auto sustentar sozinhas, portanto quando existe necessidades básicas como: falta de alimentos,

água, saneamento e descuido com a saúde; as crianças são as mais prejudicadas e vulneráveis e muitas vezes as primeiras a morrer devido essas condições de miséria. Se recordamos na Convenção sobre os direitos da criança e o tratado internacional dos direitos humanos de 1989, ressalta alguns direitos fundamentais a criança, tais como: a sobrevivência, alimentação, a nutrição, saúde, moradia, educação, participação, igualdade e a proteção e é pela garantia desses direitos e o desenvolvimento todo potencial da criança como: físico, intelectual e emocional que o os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio devem ser alcançados. Esse plano tem parceria com a UNICEF que assume o mandato com atividades a fim de alcançar a direção a um ODM.

Como já dito, todas as pessoas têm o direito de uma educação de qualidade e gratuita, mas existem algumas responsabilidades para a garantia disso, principalmente nas das crianças. A do governo em disponibilizar escolas de boa estrutura, com bons educadores, com funcionários qualificados para auxiliar na recepção, no convívio com os pais, na alimentação e na educação. No artigo 26 da Declaração dos Direitos Humanos prioriza a educação das crianças, podendo ver abaixo:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
- Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. Artigo 26 (1948)

Perante a lei, todos têm responsabilidades na educação das crianças, assim a dos educadores de não estarem ali apenas para garantir seu salário no final do mês, mas por empatia e total dedicação em realmente ensinar e aprofundar o conhecimento de cada criança, ajudando na transformação de vidas em busca de um futuro melhor. E, também dos pais que são os primeiros a ensinar o que é educação, que existem deveres dentro de casa a ser cumpridos, como: arrumar a cama, lavar a louça, recolher os brinquedos; que também existem limites, como já dizia Mario Sergio Cortella (2013) “desejos não são direitos”, é preciso impor limites sobre as crianças, pois, os pais são autoridade sobre eles e não podem permitir que eles se sintam “o centro do universo”, pois, se forem disciplinados respeitarão os pais e estarão prontos para

conviver em sociedade e por onde forem irão provar para os pais e para eles mesmos que são educados e respeitosos.

4.1 INFLUÊNCIAS DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO

A cidadania tem um histórico de conquistas ao longo dos tempos, assim, a geração humana foi se modificando e se adaptando a cada causa. Nos dias de hoje, as predominâncias da globalização nos permitem alastrar nossas concepções de vida, o envolvimento econômico, nas relações políticas, na cultura, na sociedade. Essa concepção de cidadania foi possível graças a evolução dos tempos, e hoje, a educação é predominante para a construção das práticas eficazes, para benefícios como: a solidariedade na sociedade, melhores condições de trabalho, respeito de culturas e princípios de vida respeitados.

Todos os indivíduos que vivem em um determinado território são considerados cidadãos e possuem direitos e deveres sob a constituição de tal Estado. A influência da cidadania na educação começa enquanto crianças e adolescentes, a educação não está somente baseada em estudos, mas, principalmente na criação a fim de torna-los o futuro sábio da próxima geração. A lei de igualdade serve para todos na teoria, mas na realidade as coisas são diferentes, pois, sabemos que existe uma parte da população tem condições de vida precária, entre a miséria, a exclusão, o preconceito, racismo e a dificuldade de ter bons princípios de vida, como: saneamento básico, saúde de qualidade e uma boa educação para seus filhos. Mas aqueles que reconhecem os seus direitos como cidadão, devem incentivar seus filhos desde pequenos a questionar e não abaixar a cabeça mediante a uma violação de direitos, não se render à opressão política, não aceitar que destruam sua vida por ter uma vida de necessidades, mas sim a lutar e buscar informações e aproveitar de toda forma de estudo e abranger por mais conhecimento educacional a fim de criar responsabilidades como cidadão e entender e traçar um objetivo por uma vida mais digna e de qualidade.

"I. Todo ser humano tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, ao menos nos estágios elementar e fundamental. A educação elementar deve ser compulsória (...)." (ONU, 1948, art. 26).

Existem dois tipos de educação, que será explicado e reconhecido mais a frente, mas, seriam elas: a educação formal e a educação não formal. No qual a educação formal é dentro das instituições de ensinos e escolas que lidam com burocracias, regras, órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação e o dever a ser cumprido de educação. E, as não formais são os deveres dos pais e da sociedade de educar as crianças, como educação de ética e moral, de certo

e errado, de crenças religiosas, de organizações para recriação que estimule a autonomia e desenvolvimento da criança.

“Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação” (Freire, 1997:50).

Nesse trecho o autor Paulo Freire, salienta o verdadeiro papel da sociedade para com a educação. Educar não é só mandar a criança para a escola, ninguém nasce pronto e sabendo de todas as coisas, desde pequenos aprende-se o que é certo e todos são corrigidos quando estamos errados. Conforme todos os anos vão passando, vamos adquirindo experiências novas, na verdade, todos os dias aprende-se algo seja de grande relevância ou não. Assim, se tivermos vontade de ensinar como tivemos de aprender, ou despertar esse desejo em nossas crianças, podemos esperar uma geração de críticos e revolucionários.

O Brasil tem fundamentos muito eficientes em seus planos de governo, como por exemplo uma educação igualitária e de qualidade a todos os seus indivíduos. Porém, a realidade é outra e atualmente é necessária uma reforma geral no sistema educacional brasileiro, trabalhar com respeito, justiça, diálogos, persistência, a fim de preparar e reparar o futuro de nossos filhos e netos com melhorias. Cada 10 idosos, no máximo 4 tem noção dos seus direitos como cidadão, entendem o governo como opressor que os ignoram por ser a minoria. Cada 10 adultos entre 30 e 40 anos, 3 deles tem noção sobre seus direitos e correm atrás, ou conclui uma faculdade, tem uma vida promissora, os outros males sabem onde buscar quando tem um direito violado ou nem sabe quais são seus direitos. Se conversamos com 10 adolescentes, mais ou menos 7 deles conseguem conversar sobre qualquer assunto e principalmente sobre assuntos de política ou assuntos que estão em alta que podem cair na redação de vestibular e isso é instrução dos professores. Ente 10 crianças, se você faz algo errado na frente delas, todas corrigem o seu erro, pois, os professores ou os pais estão ensinando que é errado e essa é o momento de ensinar e persistir nas crianças desde o início, dando atenção e dedicar-se a elas a fim de educa-las para a cidadania.

Todo conhecimento que os mais velhos têm fica estagnados, é preciso entender que as crianças e os adolescentes são o futuro da nossa geração, seja no Brasil ou em qualquer parte do mundo. A sociedade é quem realmente determina um Estado, mesmo que algumas vezes seja preciso uma reestruturação educacional. Muitas vezes dentro de casa os pais chegam

cansados e estressados do trabalho e mal conversam com seus filhos e muito menos tiram um tempo para ensiná-lo, os corrigem quando fazem algo errado com gritos e tapas, na maioria das vezes ou às vezes deixam passar por ser algo da “idade”, mas na verdade, é nessa hora que os pais precisam ficar em cima e corrigi-los para se tornarem pessoas dignas de cidadania. Não somente dentro de casa, como na sociedade, não é somente construir mais escolas, mas preparar os professores que vão estar lecionando para seus filhos, com maior instrução e conhecimento que tenham o instinto de preparar a formação dessas crianças desde o primeiro nível de educação até sua conclusão quando adolescente como um cidadão de verdade, crítico e participativo. Infelizmente a falta de interesse não é somente dos professores, mas é um desafio interessar os alunos e os torna-los críticos, mas é preciso entusiasma-los e não ser um professor só em sua carteira, cumprir seu horário e ir embora. É preciso incentivar os professores também com mais cursos e também recursos financeiros.

No presente momento como já dito, vivemos realidades diferentes de nossos avós, por exemplo. No qual, fazemos parte de uma nova ordem mundial com avanços tecnológicos e facilidade de comunicação e trocas de informações não somente nos meios populares, mas em diferentes culturas, envolvendo também a economia, política e os interesses dos países. Nesse momento as crianças e jovens são nossos pontos de esperança para que nos ajudem a caminhar para uma sociedade melhor e mais qualitativa, devemos acreditar e pôr em prática a educação, que pode mudar a vida de uma geração.

4.2 OS PROBLEMAS ENVOLVIDOS

A primeira coisa que vem em nossa mente quando pensamos nos desafios para modificar a educação, é no governo brasileiro e na sua restauração, no desempenho, na construção de mais escolas e na disponibilidade de novos materiais. Mas, vamos desde o princípio seria somente esse o grande desafio, ou seria apenas um deles. O filósofo e professor

Cortella (2013) no seu seminário de “Família, escola e cidadania: Quais os caminhos?”, faz uma comparação crítica, dizendo que: após o almoço a nossa primeira vontade é deitar, pois, bate uma sonolência e que dentro dos valores e da ética entre as escolas do legislativo e a escola dos pais e a formação da família a consciência para o despertar do conhecimento é a sonolência que vem após o almoço.

A sociedade civil e a sociedade política nos dias de hoje, se tornaram tão egoístas que visam somente os seus interesses e bem próprio. Mas, para que exista uma vida em harmonia em sociedade é necessário conciliar o respeito a integridade física, moral ou espiritual.

Respeitando todo direito do cidadão em não ser vítima pela falta de trabalho, respeitar a livre escolha de sua sexualidade, não ser massacrado por não ter uma religião ou não ser sufocado pelas doutrinas de sua própria religião, ser livre e ter prazer em seus momentos de lazer. Dessa forma, ter direitos respeitados e ser um participante do Estado cumprindo seus deveres.

Todos os dias saem notícias de violência, aumento de desemprego, valores invertidos, entre outras notícias ruins nas televisões, nos jornais, nas revistas, internet ou qualquer outro meio de comunicação e informação de notícias. A primeira reação mediante as notícias é de desespero, indignação e de questionamento, como “Quem vai fazer algo para mudar, alguém precisa tomar providências!”. Mas, citando mais uma vez a referência da sonolência do filósofo Cortella (2013), no seminário “Família, escola e cidadania: Quais os caminhos?”, ele acredita que a sociedade não deve esperar que o Estado tome providências contra as negligências e os casos de violação de direitos que acontecem, pois, nós estamos dormindo e distraídos e por esses motivos não conseguimos mudar a situação, só aceitamos, por ser coisa do destino, pela “vida ser assim”.

A cobrança por melhorias, a cobrança por mudanças significativas, por melhor educação, por reforma na saúde e segurança, na moradia e princípios básicos, na economia e na política são aceitáveis e são válidos, pois, é dever do Estado cumprir o estipulado e prometido. Porém, para uma sociedade saudável, eficaz, de personalidade forte, consciente deve construir uma personalidade ética, no qual, não se distraía com a novela, com o jantar, com o cabelo da vizinha, por exemplo. Não é possível saber de todas as coisas a todo tempo, não é possível estar no Estado de São Paulo e saber todas as dificuldades e lutas que todas as cidades enfrentam por dia, a não ser que busque informações, mesmo assim, levaria um tempo. Assim, paremos para uma reflexão: Em uma cidade do interior, onde existem 30 escolas, cada escola tem dois períodos o de manhã e o de tarde, cada período tem 500 alunos, são ao todo 30.000 (trinta mil) alunos, ou, 1.000 (um mil) alunos por escola, não é possível conhecer o interior de cada criança, saber o que se passa dentro de sua casa, sua formação familiar, sua educação, o máximo que pode ser observado é como se comportam dentro de uma sala de aula e a dificuldade de relacionamento com a família, professores, amigos, colegas e funcionários.

Os tempos de hoje gerou uma velocidade de mudanças grandes, que não permitem entender o que se passa com as novas gerações, assim, são considerados agitados e diferentes dos alunos de 20 anos atrás e na maioria das vezes os professores e funcionários tendem a desistir de ensinar, educar, preparar, instruir por continuar a trabalhar com os mesmos métodos de 20 anos atrás. Todas as próximas gerações vão ser diferentes das antigas e isso é fato, porém, cabe aos educadores mudarem e insistirem para educar e estruturar essas crianças e adolescentes

para uma vida digna em sociedade, cabeças pensantes e críticas, alfabetizadas, com um futuro promissor.

Vivemos em uma época em que os valores estão adulterados, um avanço de pensamentos, informações e interesses diferentes e também a única preocupação é disciplinar e corrigir as crianças e jovens. Porém, na verdade não se deve preparar somente os jovens para o futuro, mas devemos aprender também com eles, assim, seguindo o pensamento de Freire, em psicologia da autonomia (1996) “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

O primeiro passo para moldar essas crianças é entender que eles não nasceram prontos, que assim como nós mesmos, ou os seus pais, avós, professores, chefes, patrões, entre qualquer outro educador que auxiliou para seu aprendizado, só é possível ser um bom educador aquele que foi bem-educado. Assim, no momento em que é formado novas gerações automaticamente agregamos valores a nós mesmos. A formação de um bom caráter, de uma boa pessoa, de valores e princípios, de um bom filho começa dentro de casa. Se for ensinado para a criança que tem que falar a verdade, mas você mente na frente dela com pequenos gestos do dia a dia como: “se alguém ligar, diz que eu sai” “ se alguém me procurar, diz que estou no banho”. Como cobrar uma atitude que você não faz dentro da sua própria casa? O melhor momento para educar e ensinar o que é certo é enquanto crianças é nesse momento que relacionam os exemplos de casa, com os exemplos de vida. Se uma criança vê seus pais brigando diariamente, se vê seu pai bebendo quando chega do trabalho por estar cansado e estressado, vê sua mãe fumando após uma discussão, vê sua mãe gritando com tudo e todos, vê seu irmão desrespeitando seus pais, a própria criança apanha muitas vezes somente por ter sido criança. E, é então que cresce uma geração revoltada, sem valores, sem princípios, sem ética, sem moral, sem bons relacionamentos.

Os pais são os exemplos de seus filhos, e é dever dos pais além de matricular seus filhos nas escolas, garantir sua ida, observar se estão estudando, cobrar o estudo para que sejam alguém na vida. Os pais são a maior autoridade na vida de uma criança, a criança não deve ter medo dos pais se tirar uma nota ruim ou os pais não devem deixar de lado se seu filho tira uma nota ruim. Mas, é preciso a construção de uma relação entre pais e filhos, os pais querendo o melhor estudo e futuro de seus filhos, como por exemplo: cobrar um bom estudo, boas notas, boas referências, boas atitudes.

Antigamente não eram todos que tinham a oportunidade de estudar, e os que estudaram mal conseguiram terminar o ensino fundamental. O tempo era diferente, as oportunidades eram diferentes, a importância da educação e do alfabetismo era diferente, eram tempos precários, no

qual deixavam de ir as escolas por serem longe, não ter condição e condução, e para ajudar os pais na roça, ou aceitar trabalhos forçados braçais e domésticos. O analfabetismo é um caso muito sério até os dias de hoje, muitas vezes a empregada que trabalha na sua casa não sabe escrever, ou o pedreiro que está reformando sua casa ou sua empresa não sabe ler e nem escrever e não é motivo de chacota ou risos, é algo sério. Com sua vida formada, há outras preocupações e responsabilidades a frente de aprender a ler e escrever, mas é a nossa nova geração que está retardando o progresso e mais uma vez iremos conviver com o analfabetismo? E, de quem seria a culpa: dos alunos que não tem interesse ou dos pais e professores que não dão importância para isso?

Não podemos generalizar todos os pais e responsáveis, ou professores e educadores que auxiliam no crescimento e na educação de cada criança e jovem desse país, porém, é errado acreditar que todos passam seus conhecimentos por saber de tudo, por que todas as pessoas possuem falhas e aprendemos todos os dias alguma coisa nova.

Um dos maiores interesses do governo brasileiro é o desenvolvimento do país economicamente, socialmente e politicamente no cenário internacional, e assim, deixam passar batido erros gravíssimos que acontecem em sua política interna. Como por exemplo, o “jeitinho brasileiro” de ir pelo caminho mais prático e mais fácil, do que ir pelo caminho certo. Por exemplo, no nosso dia a dia compensa comprar produtos falsificados como: óculos, roupas, dvd e cds, sapatos, entre outros produtos que saem mais barato do que os originais, mas seria um ato contra a cidadania, por que no momento em que é preferível comprar os produtos falsificados e pirateados, facilita automaticamente o contrabando de armas, drogas e mais pirataria. Desvalorizando as indústrias e empresas nacionais e com as desvantagens atingindo o orçamento econômico, o giro de dinheiro e o desemprego. Para os bolsos dos brasileiros é aceitável, mas para o pai que perde o emprego e não consegue por comida dentro de casa é triste. Esse foi só um exemplo do que acontece, mas, o direito do cidadão é tão cobrado por todos, que nesse momento é necessário parar para refletir se a mudança não deve começar a partir de nós, visto que não existe respeito pelas leis e nem pelas regras.

A frase mais escutada quando ouvimos sobre a nova geração é que são geração de “perdidos”, mas quem está disposto a encontrá-los? As crianças e adolescentes são reflexo de seus pais, do que acontecem dentro de sua casa. E, passam a entender que os seus desejos próprios são seus direitos, como “Eu quero, então eu posso” e na verdade, é preciso ter um limite do que pode, do que não pode, do que pode mas não deve, e entender que seus desejos não são direitos, como por exemplo: Uma criança tem a disposição de ficar o dia inteiro pedindo para mãe um brinquedo novo, um tênis novo, um celular novo, mas não tem disposição de ficar

5 horas (cinco horas) em uma sala de aula e questionando os professores, por sede de aprendizado. Como dentro de casa tem o direito de fazer o que quer, por ser mais viável para os pais que fiquem quietos, ganham essa arrogância para ser do mesmo jeito em qualquer lugar. Quantos professores já não ouviram, no mínimo um aluno falar “Eu que pago teu salário”, são desrespeitosos e não se submetem a qualquer ameaça ou punição. E, é por isso que a criação deve vir primeiro de casa, mas, não sabemos a realidade que todos vivem, se tem contato com os pais, como é o nível familiar, se são amados, se são respeitados, se são notados e assim a escola se torna a segunda casa, e é dever do professor ajudar e auxiliar na criação de um futuro melhor para cada um deles.

Não se conhece a infância: com falsas idéias que dela temos, quanto mais longe vamos, mais nos extraviamos. Os mais sábios apegam-se ao que importa que saibam os homens, sem considerar que as crianças se acham em estado de aprender. Eles procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que esta é, antes de ser homem. Eis o estudo a que mais me dediquei a fim de que, ainda que seja meu método quimérico e falso, possam aproveitar minhas observações. Posso ter muito mal visto o que cabe fazer; mas creio ter visto bem o paciente que se deve operar. Começai, portanto, estudando melhor vossos alunos, pois muito certamente não os conheceis; e se lerdes este livro tendo em vista esse estudo, acredito não ser ele sem utilidade para vós. Rousseau, Emílio ou Da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 4.

Nesse trecho podemos analisar a dificuldade encontrada na educação nos dias de hoje, visto que a educação das crianças na sociedade antiga era totalmente diferente. É necessário, porém um grande desafio conhecer cada criança individualmente, vendo seus potenciais, suas falhas e suas dificuldades o como podemos trabalhar com elas. Não é motivo de vergonha lidar com a educação, mas é dever dos educadores buscar meios para melhor educa-los e prepara-los para conviver em sociedade.

4.3. OS PRINCIPAIS DESAFIOS

Diante da situação em que o Brasil vive hoje, mesmo com um histórico de cidadania ainda vivemos em uma sociedade que não aceita a diversidade das pessoas, e é predominante o preconceito, o desrespeito, a desigualdade e a violência. E, assim se torna um grande desafio passar valores de um bom futuro para nossas crianças e jovens. Conforme os anos foram passando, se obteve conquistas inigualáveis, como: a abolição dos escravos, o direito ao voto feminino, a aposentadoria, os direitos trabalhistas, o direito a educação para todos, entre outros direitos. Porém, o Estado e a sociedade não conseguem andar juntos, o Estado coloca como

prioridade o desenvolvimento econômico interno e externo, enquanto o social é deixado para segundo plano. Os direitos humanos ou do cidadão no Brasil, infelizmente são apenas para a classe social alta, enquanto a classe social baixa não tem acesso as informações sobre seus direitos, mas seus deveres são cobrados e pela falta de oportunidade acabam se entregando a criminalidade.

A educação seja social ou escolar prepara o indivíduo e auxilia no seu crescimento e amadurecimento, desde pequenos devem ser instruídos com valores éticos e morais. É função primordial dos pais ou responsável educar e disciplinar seus filhos enquanto crianças para que quando eles estejam se relacionando com outras pessoas saibam se comportar e conviver em sociedade, como o primeiro contato nas escolas, os professores e educadores tem sua participação na educação de uma criança, mas não responsabilidade total. Há muitos casos que divergem os ensinamentos educacionais, como por exemplo: Se os pais permitirem que suas crianças de sete anos assistam filmes com censura para maiores de 18 anos, logo irão ter acesso a pornografia e vídeos violentos. Vivemos em uma sociedade egoísta, uma geração que olha apenas por seus próprios interesses, “esquecendo” que tem filhos e ignorando que é dever dos pais instruir seus filhos para ter uma vida melhor. Não podemos generalizar a atitude de todos os pais, visto que muitos vivem pelos seus filhos e fazem de tudo por dar uma educação melhor e muitas vezes auxiliam na educação do próximo também. O primeiro passo é iniciar a mudança em nossas ações, pois, já dizia Isaac Newton para toda ação existe uma reação, e não é diferente no nosso dia a dia. Seja em nossa casa, com nossos filhos, parentes, vizinhos ou desconhecidos. Se agirmos com boa-fé, com boa intenção, com amor, empatia, bondade, solidariedade é possível transformar a vida de uma criança ou a vida de muitas crianças. Seja em uma ação individual, ou coletiva social, ou por meio de organizações que tiram crianças de periferias e colocam-nas em projetos sociais e culturais, livrando-as da criminalidade e do tráfico. Ou, também, assim como muitos podemos deixar de lado e seguir com nossos próprios interesses e fechar os olhos para a situação em que nossas crianças vivem, nossa sociedade se tornará regressiva. Nos dias atuais o Estado não propõe boas escolhas de vida aos cidadãos, mas os colocam frente a frente com as responsabilidades adultas, como por exemplo: trabalhar dobrado para ganhar um salário que não é possível sustentar uma família. E, assim pais passam mais tempo no trabalho ou cansados e não conseguem dar a atenção necessária para seus filhos, deixando passar sinais e fatos que depois que crescerem não poderá arrumar ou corrigir. Cortella usa uma frase provocante e reflexiva em suas palestras e entrevistas que é: “O mundo que vamos deixar para os nossos filhos depende dos filhos que vamos deixar para o nosso mundo”. Quais são os filhos que ficarão para a próxima geração, serão filhos obedientes e com valores e uma

carreira promissora ou filhos que abandonaram os estudos, irresponsáveis e imprudentes. O que esses filhos poderão ensinar para os próximos, o que aprenderão com a vida, como lidarão mediante a situações de desespero e de dificuldades, quais caminhos buscarão para obter uma vida melhor, onde irão buscar ajuda, onde irão trabalhar e morar e quem se deixara enganar.

Não podemos generalizar todos os pais, pois, muitos assumem seus verdadeiros papéis e observa cada passo de seu filho, o que assiste na televisão, se almoçaram, se vão a escola, se se comportam, se tiram boas notas e fazem as atividades propostas, quais são suas companhias, o que conversam e buscam na internet, todos os seus passos. Pais que se preocupam com o agora e o futuro de seus filhos, mesmo que trabalhem o triplo para poder dar uma vida melhor para seus filhos. Muitos pais querem proporcionar aos seus filhos a vida que eles não tiveram, enquanto outros pais não tiveram nada ou tiveram tudo, mas esquecem de priorizar em suas vidas os seus filhos, e assim, sua rotina segue do trabalho para casa, da casa para o trabalho, deixando de lado o crescimento do seu filho, os momentos que ele irá lembrar quando for maior, e a influência que pode causar para sua vida. Muitas crianças crescem revoltadas por algumas situações como: não poder ter uma conversa com seus pais, ver seus pais brigando o tempo todo, pais bebendo, mãe gritando, avó reclamando, pai saindo de casa, mãe tendo relações com outros homens. A vida dos pais influenciam de mais o crescimento de seus filhos e por isso se revoltam pela falta de sensibilidade e paciência dos pais que não procuram saber do dia do seu filho, como estão as coisas na escola, na sua vida pessoal, com quem andam, com quem conversa, o que fazem na internet ou quando estão sozinhos, não observa os sinais que eles passam e assim não poderão cobrar quais caminhos eles irão seguir se não puderam e não quiseram ser pais presentes. E, é possível ensinar com amor os caminhos do bem, porém, é mais fácil os caminhos do mal como: marginalidade, criminalidade, trafico, prostituição, depressão. Cada fase de uma criança é fundamental, desde bebe quando entende que o colo da mãe é o mais seguro, a voz do pai, as primeiras palavras, os primeiros passos. Enquanto crianças a primeira escola, as primeiras broncas, aprender a ler e escrever, e assim até a formação adulta, e a presença dos pais e a família pode transformar a vida dessas crianças. Ter pais presentes e ensinar seus valores, elogiar quando acertarem, mas corrigir de forma que aprendam quando estiverem errados.

Essa geração chegou com as transformações da globalização, e as crianças estão cada vez mais envolvidas e conectadas com os aparelhos eletrônicos e com os avanços tecnológicos. Assim, a tecnologia não deve ser usada de forma prejudicial para a criação de um indivíduo, mas de forma que possa contribuir positivamente. Existe uma facilidade de comunicação, de informações e de aplicativos que possam instruir o ensino de uma criança, mas, os pais precisam

controlar esse uso para que não vire um vício, onde passam mais tempo com os aparelhos do que estudando ou tendo uma vida fora da “bolha”. E, também quanto maior o contato com as tecnologias maior a facilidade para acessar programas inadequados para a idade, como: vídeos violentos ou pornográficos, que mesmo que não entendam o que significa desperta o interesse e o instinto. E, é possível ver em casos estudados como influenciam na vida de uma criança. Uma criança que assiste repetidamente o mesmo desenho ou joga o mesmo jogo, começa a criar características parecidas, se vestindo iguais aos personagens, falando os mesmos bordões, tendo as mesmas atitudes agressivas ou estranhas para sua idade ou momento. O pai tem a responsabilidade de colocar limites sobre seus filhos e os proteger dos riscos que a internet e o vício por celulares e jogos podem criar, dispersando de outras atividades, como: futebol, natação, atividades escolares, até o convívio social.

Uma criança só vai ter noção de limite se ensinar a ela, ninguém nasce pronto, ninguém nasce moldado, sabendo de tudo, falando, escrevendo e lendo, diferenciando o certo e o errado, o que pode e o que não deve ser feito e mesmo assim cobramos muito de nossas crianças como se soubessem de tudo. Isso ocorre pela falta de paciência que temos em não conseguir mais ensinar com o mesmo amor e entender e ter disposição do tempo por estresses e coisas do dia a dia que nos sugam. Uma das fases das crianças que mais precisam de atenção é entre 3 a 5 anos, que é quando estão aprendendo o certo, errado, o que pode e não pode falar, sobre o tempo, sobre os dias, as cores, os números, os fatos e mais do que isso é a fase em que adoram ensinar o que aprendeu e muitas vezes os pais deixam de perguntar ou prestar atenção em algo que é importante para formação de seus filhos. Os filhos veem seus pais brigando e xingando um ao outro, mas na escola ensinaram a ele que é errado xingar e brigar com o amiguinho, mas se em casa ele tem esse exemplo, e começam a fazer as mesmas coisas na escola e como repreender se os pais são os culpados. Por isso, tudo que é ensinado enquanto crianças é o reflexo do seu futuro, infelizmente muitos dos pais não conseguiram planejar uma vida melhor, não tem uma instrução de família, são irresponsáveis e descontam em seus filhos, permitindo que o futuro deles seja parecido ou pior, envolvidos com a violência, promiscuidade, drogas, sem segurança, com o meio ambiente devastado, sem um bom emprego por levar a educação escolar como brincadeira, sem prudência.

Parando para analisar todo histórico educacional, cada casa, cada família tem valores e princípios diferentes, passando por dificuldades e conquistas e se construindo para chegar onde chegaram nos dias de hoje. Se tiveram que trabalhar muito para conseguir sair do aluguel, para por comida dentro de casa, para conseguir estudar, se tiveram força de vontade de ser alguém na vida, construir uma família ou uma carreira profissional. Ou, se só aceitaram a situação e

foram convivendo e se adaptando com essa vida. E, assim, seremos responsáveis por nossas crianças de ajudar a construir a história delas, nos preparando com dialética, com amor, competência, com boa intenção, para ensinar e instruir na sua educação e na sua formação como cidadão e principalmente se preparar para a adolescência que é quando vivem intensamente, perdendo o medo e o respeito por outras pessoas, por desafiar os pais e educadores quando escutam o “NÃO” e precisamos estar preparados para lidar com essa fase, a vontade de fazer dar certo pode ser grande, mas, não quer dizer que na prática será fácil e é por isso que é preciso disciplinar os filhos para que atenda e respeitem as disciplinas nas escolas, no trabalho, na política e na sua própria vida.

A disciplina é necessária para manter o respeito entre pais e filhos, educadores e alunos, pessoas e pessoas e assim ter autoridade sobre seu filho que quando ele fizer algo errado será castigado, como por exemplo em casos comum: Brigou na escola na quinta-feira então por isso, não irá sair para brincar no sábado. Ou tirou uma nota baixa em matemática e ao invés de estudar ficou jogando vídeo game, então ficará sem o vídeo game. E, assim por diante em outras situações do cotidiano, os pais devem assumir o controle sobre seus filhos e não deixar que façam o que quiserem, desde crianças, pois, aprendem a respeitar e quando for fazer algo que seja errado irão lembrar dos ensinamentos dos pais ou não irão fazer por respeito ou medo das consequências. Os pais que foram criados dessa forma, ou sem paciência muitas vezes parte para a violência, mas a violência não é a melhor saída, não educa, pois, eles saberão que irão apanhar de qualquer jeito, então por que não fazer?

Hoje em dia as influências da sociedade e da mídia mostra que ser canalha, bandido, maloqueiro, sabichão, mal-educado, briguento é mais bonito do que ser inteligente, amigável, responsável, solidário, entre outros adjetivos que foram deixados para trás. Os valores estão invertidos de uma forma que a prioridade dentro de uma família é o trabalho e o dinheiro, e não consegue administrar seu tempo com seus filhos e perceber o que está acontecendo com ele e por que está agindo dessa forma. A partir do momento em que os pais se esforçam para serem melhores em sua casa, os filhos reconhecem e começam a ser melhor também, porém, devem reconhecer enquanto crianças, por que depois de uma certa idade somente a vida e as consequências de suas ações poderão ensinar. Entretanto, conhecendo seus filhos enquanto crianças, a sua formação os pais precisam segura-los em sua adolescência e juventude, ter medo do que pode vir acontecer, mas sem pânico para poder lidar com a situação e saber qual atitude tomar no momento em que queiram extrapolar seus limites e não ceder mediante as chantagens que irão fazer. O foco ficou bastante na educação familiar, pois, a educação não é de total responsabilidade da escola, a escola tem uma participação importante na educação de uma

criança, porém, a criança passa apenas 5 horas (cinco horas) na escola e o restante das 19 horas (dezenove horas) dentro de casa, com os pais e a família.

As instituições de ensino desde o berçário até as universidades, oferecem uma estrutura de cursos, professores e funcionários capacitados, materiais e diferentes recursos para atrair, entreter e educar o aluno. Porém, na área pública não é sempre que isso ocorre, muitas escolas de berçários não têm funcionários o suficiente para atender tantas crianças, ou falta alimentos, leite, cadeiras para bebe, entre outros recursos que seriam necessários. Quando maiores e vão para a escola, com seus 5 anos é necessária uma atenção maior em seu aprendizado, pois, e nesse momento que estarão se preparando para ler e escrever, e com a falta de professores e substitutos, deixando os alunos com aulas vagas retardada o aprendizado dos mesmos. Estamos enfrentando diversas dificuldades na área pública de educação, no qual, falta professores e educadores, estrutura, diversidade de aprendizagem e materiais, uma conduta de firmeza dos funcionários para lidar com os alunos que chegam em sua fase rebelde. As escolas têm uma parcela de responsabilidade educacional, pois, e é um local público onde se encontram muitos alunos de diferentes lugares, diferentes culturas e principalmente de diferentes realidades. A escola é uma instituição de ensino que assim, como qualquer outra tem regras e normas que devem ser cumpridas e funcionários que devem ser respeitados. E, hoje os educadores lidam com um constante problema de desrespeito, crianças mal-educadas e indisciplinadas. Chegam na escola como se fossem os “donos”, desrespeitando os funcionários quando são repreendidos por estarem sem o uniforme, de boné ou mexendo no celular com fones de ouvido. Ou, quando um professor passa noite e dia preparando aulas didáticas e simplesmente o aluno decide não realizar a atividade proposta, não presta atenção e ainda atrapalha com as conversinhas e brincadeiras inapropriadas. A escola está além de só ensinar as matérias, os professores e educadores tem acesso a vida das crianças e são procurados para ouvir problemas dos alunos e tentar ajudar e tantas vezes ainda são vistos como errados.

Ser um educador, professor, conselheiro pedagógico, diretor, coordenador pedagógico ou qualquer outra profissão educacional é um desafio diário nos dias de hoje, por que além de exercer sua profissão pedagógica, se responsabilizam por seus alunos, seus sentimentos, suas necessidades, seus problemas pessoais e mesmo com todo esse cargo importantíssimo suas condições de salário e o reconhecimento profissional são postos de lado. Por isso há tantas desistências do cargo, e é preciso uma reforma geral nos concursos, na seleção de professores capacitados e remunerados justamente por seu trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho se desenvolveu com o intuito de analisar as origens da cidadania e dos direitos humanos, qual momento em que o Brasil foi incluído, e quais foram as transformações sociais e políticas que tiveram aos longos dos anos para chegar até os dias de hoje, indagando a importância dos direitos das crianças, quem as protege, quem as defende contra a violação dos seus direitos, o que é possível ser feito o que pode ser feito, mas, o mais importante como a educação pode formar um bom cidadão.

No momento em que pensamos em ser cidadão, recordamos do voto consciente nos dias das eleições, porém, o conceito de cidadania nos dias de hoje abrange diversos pontos. Para se tornar um bom cidadão, é preciso entender que cidadania está além de preceitos, mas, de responsabilidades e compromissos, e também pelas participações conscientes mediante as obrigações instituídas pela constituição de seu Estado permanente, sendo assim, podem usufruir de seus privilégios. O Estado por toda via também tem seus deveres a cumprir perante a sociedade, colocando em prática seus deveres e funções e os interesses dos cidadãos a frente a fim de melhorar a qualidade de vida de cada um deles, erradicando a pobreza e a desigualdade social, econômica e política.

Infelizmente no Brasil a desigualdade social está em alta, no qual, uma parte da população são de classe social alta: ricos e milionários; enquanto a outra parte da classe social baixa: pobres e miseráveis. Ninguém escolhe ser cidadão, não somos cidadãos por opção, somos cidadãos por todas as lutas e conquistas por direitos iguais perante a lei. Mas, a realidade é outra, as pessoas de classe social alta desfrutam dos seus direitos e privilégios, tendo vidas saudáveis, de qualidade e proporcionando aos seus filhos vidas de fáceis escolhas e de educação de qualidade. Enquanto, os de classe social baixa não são instruídos, assim, muitas vezes não tem noção e nem informação de quais são os seus direitos. As pobresas os levam a passar por necessidades básicas que são contra os direitos humanos, pois, todos perante a lei devem ter saúde de qualidade, moradia, segurança e uma educação de qualidade, direitos básicos para uma vida digna. Mas, a realidade é chocante e muitas vezes adoecem e morrem por falta de comida,

de saneamento básico, ou por imunidade baixa e tantas outras vezes buscam o caminho mais fácil para sair dessa situação que é a criminalidade, a marginalidade, o tráfico e a bandidagem. E, quem estaria disposto a mudar essa terrível realidade brasileira, o que poderia ser feito, a única resposta realista seria a reforma educacional, ensinar, instruir e informar desde pequenos as crianças e adolescentes o real valor da cidadania, pois, desde pequeno é necessário ensiná-las através do conhecimento educacional o real valor da cidadania e proporcionar a elas uma mudança de vida de forma justa, igualitária e digna.

O primeiro ato de cidadania foi na Grécia Antiga, porém, somente as classes sociais altas como: proprietários ou empresários e todo o império romano eram considerados cidadãos. Enquanto os escravos e camponeses e também os estrangeiros nem ao menos eram considerados pessoas e não tinham voz alguma sobre aquele lugar. Dessa forma, não existia um governo superior, qualquer problema e conflito eram resolvidos entre eles. Conforme os anos foram passando todos os oprimidos e submissos a classe alta começaram a se revoltar e se conscientizar que não podiam ser tratados que nem “animais”, que deviam ter direitos fundamentais a sobrevivência assim como qualquer outro ser vivo. Cada época representou um passo para a buscar por cidadania igualitária, assim como: o Feudalismo e o Clero, no qual os direitos ainda eram dos senhores, mas os servos começaram a ganhar por seus trabalhos e focaram a vontade divina, no qual acreditavam que para serem livres só após a morte. E, após o feudalismo, entra a burguesia e a queda da vontade divina e entra o modelo mais racional e o surgimento do Estado Nacional e as instruções políticas e sociais em busca de transformações em busca de igualdade entre as classes e também a preparação para o Estado moderno. A intenção era tirar os nobres do governo e abrir espaço para todos entrarem e desfrutar dos direitos, assim, iniciando pela fase capitalista e a livre iniciativa do comércio.

Um dos maiores marcos foi a Revolução Francesa na busca de inclusão social por ideais de liberdade e igualdade, exterminando a autocracia dando espaço para uma nova burguesia, mas ainda excluindo a classe baixa. Cada momento representava um marco, mas o que estava em alta não era os interesses dos indivíduos, mas, sim os interesses comerciais e econômicos dos países, dando espaço as indústrias e a nova classe operária oprimida e submetida para ganhar “migalhas” em troca de trabalho duro. Conforme a econômica foi crescendo, os interesses dos países também, mas muitas vezes existia desavenças entre os países. E, assim, começaram a surgir conflitos e depois conflitos sangrentos, como: a primeira e a segunda guerra mundial. E, é nesse momento que após tanta destruição, tantas mortes e devastações, todos os países decidem mudar e priorizar os indivíduos e suas vidas. Com o novo cenário internacional e a criação da Organização Das Nações Unidas (ONU) juntamente com os Estados criaram um

documento universal: A Declaração Universal dos Direitos Humanos com o objetivo de garantir o exercício e a preservação dos direitos humanos de todos as pessoas do mundo, desde um bebê até um idoso. Desse jeito, todos possuem os mesmos direitos e devem ser respeitados independente de sua nacionalidade, raça, cor, gênero sexual e cultura. Esses direitos vieram para manter uma boa relação e o respeito entre os países, e assim, cada país assume a responsabilidade de regularizar esse documento juntamente de suas leis e por meio de requisitos.

Somente em 1988 foi instaurada a Constituição da República e também constituição cidadã assegurando seus direitos fundamentais e básicos. O Brasil passou por muitas situações desagradáveis, muitas foram suas lutas, mas poucas suas conquistas. Passamos ao longo dos anos pela abolição da escravatura, o reconhecimento de gêneros masculino e feminino com as mesmas oportunidades e participações políticas, a adoção por direitos. Porém, passamos por muitas lutas como: a discriminação indígena, luta rural e agrária por posses de terras, opressões vividas no regime militar, entre outros fatores. Com a introdução de um Brasil democrático as mudanças deviam ser significativas e percebidas pelo o povo, mas, até os dias de hoje a uma grande luta contra a desigualdade social, as oportunidades que as classes sociais altas têm de uma boa vida, uma boa comida, uma boa educação, uma boa moradia e uma boa saúde está muito distante da realidade da classe social baixa é somente pobreza. Enquanto o Estado está disposto a desenvolver o país no cenário a fora, mostrando seus interesses econômicos e naturais, esquecem da verdadeira realidade vivida no Brasil em volta de violência e descuidos.

A verdade é que o maior interesse comum entre os países no cenário mundial é a preservação dos direitos humanos, pois, a violação dos direitos humanos é uma violação com todo o mundo. Surgiram novos atores internacionais como as organizações e muitas delas são voltadas aos direitos humanos, como: a UNICEF e a UNESCO. Com a preservação dos direitos humanos as relações entre os Estados se tornaram melhores e mais flexíveis, pois, apresentavam uma ordem e respeito as outras nações e culturas. Porém, ainda são falhas as tentativas das organizações visto que no Brasil, por exemplo o Brasil lidera o ranking mundial de homicídios entre jovens devido a desigualdade social e pobreza, as instituições expõem suas recomendações, mas, não existe intervenções práticas da parte da UNICEF e muito menos do governo e a situação está bem de frente de nós.

No âmbito internacional podemos ver alguns diferentes tipos de cidadania, como por exemplo: a cidadania nacional que é quando um indivíduo nasce em um determinado território e possui direitos e deveres e obrigações a serem cumpridas naquele Estado por sua constituição. E, a cidadania naturalizada ou conquistada, que é quando um estrangeiro através de

regulamentações e documentos passa a ser cidadão naturalizado de um outro país, assim, possuindo direitos e deveres e também podendo participar das ações políticas, mas cada Estado estabelece regras e requisitos para essa conquista. Seria então possível a existência de uma cidadania universal? O primeiro passo é estabelecer princípios e direitos universais que valha em todos os Estados, como os direitos humanos fundamentais tais: direito a vida, direito a educação, saúde, segurança, entre outros direitos citados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU que protegem não somente os cidadãos de um Estado, mas torna os direitos universais para todos os cidadãos por onde é que eles estejam.

Após as observações feitas com as lutas e conquistas no decorrer das décadas, podemos focar na análise do princípio desse trabalho o direito à educação e como pode mudar a vida de uma criança e como é possível trabalhar a cidadania pela educação, formar gerações conscientes e transformar toda uma sociedade. A educação entra como um dos principais direitos fundamentais na vida de um cidadão, é considerado um direito tão importante quanto os outros, porém, a educação tem o poder de mudar o que muitos outros não podem fazer por enquanto. A nossa formação educacional diz muito sobre nossa personalidade como cidadãos, assim, sendo analisados a educação formal e a educação informal. Começamos pelo o primeiro passo a educação informal, uma criança antes de ir as escolas, aprende com os pais e a família, assim, sendo os maiores responsáveis pela a educação dessa criança. E, é dever dos pais ensinar o que é certo, ensinar valores éticos e morais, instruir a criança para se relacionar em sociedade, como devem se comportar, corrigir quando agirem de forma errada e disciplinar para entender que tudo tem limite e devem ter respeito pelos o outros. Enquanto, a educação formal é a educação escolarizada, no qual não perde a importância e tem tanta responsabilidade quanto a outra, também podemos citar a instituição ECA que protege e defendem os direitos da criança contra a qualquer violação juntamente com parceria do governo. A criança deve se sentir segura dentro da escola e ser tratada com respeito e dignidade, dessa forma observando seu desempenho dentro da sala de aula, analisando suas dificuldades, reconhecendo seus pontos positivos, oferecendo um ambiente agradável, com professores qualificados e dedicados a sua profissão, mas se estruturando também na recepção e na alimentação, muitas crianças só comem na escola pela falta de tempo, ou também por não ter comida dentro de casa. Porém, na maior parte dos Estados brasileiros são de pobreza e miséria, dessa forma algumas instituições que defendem os direitos humanos, protegem os direitos humanos e assume compromissos através de ações beneficentes para erradicar a pobreza e incluir essas pessoas dentro de uma sociedade normal, através de atividades sociais, culturais e artísticas por meio de arrecadações, assim, sendo as instituições a UNICEF e a

UNESCO. E, também o projeto “Bolsa Família” que ajuda a erradicar a pobreza, a família sair da miséria e manter a criança dentro das escolas.

As escolas públicas têm uma responsabilidade muito grande na vida de cada criança, mas a realidade é mais complicada do que parece. Enquanto vemos de fora, colocamos a culpa nos professores mal qualificados, na “folga” dos diretores, na irresponsabilidade dos alunos. Mas, a verdade é que os professores e educadores se preparam intelectualmente, prepara as aulas, aulas diferenciadas com multimídia ou experiências e não são bem recebidos, passam a maior parte da aula pedindo silêncio ou atenção aos alunos e no final do mês recebem o salário que não é compatível com sua função que além de professores, são psicólogos de alunos, segunda mãe, amigos, juízes. Mas, também existem professores que passam apenas conteúdo dos livros e não busca realmente ensinar os alunos e transformar suas vidas. Isso desanima qualquer professor, então seria necessário também a reforma na instrução dos professores, na forma de educar e também no reajuste de seus salários.

A primeira coisa que é preciso ser entendida sobre nossas crianças é que elas não nascem sabendo. Não adianta cobrar de uma criança o certo se não tiveram a capacidade de ensinar o que é certo e corrigir quando estavam errados. A criança desde pequena absorve tudo que está em sua volta, então, por exemplo: Se ela vir seu pai mentindo para sua mãe, automaticamente, ela vai começar a mentir também. Se ela vir seu pai bebendo por que está estressado, quando passar por um momento de tensão ela vai querer beber também. Mas se ela vir os pais pedindo desculpas quando erram, almoçando e jantando juntos, falando a verdade, tratando bem as pessoas, além de criar vínculos afetivos elas irão ser crianças amorosas. Assim, devem ser instruídas a estudar desde pequenas, aprender mais e mais para que seu futuro seja brilhante e saibam lidar com as situações do cotidiano.

Analisando cada etapa desse trabalho, podemos entender que desde o início Brasil visa o desenvolvimento do país, mas a desigualdade social é o impasse para essa situação, infelizmente não temos o poder total de mudar o Brasil por completo, porém, podemos tomar iniciativa do principal modelo de mudança: a educação. Ensinar nossas crianças e jovens que cidadania está além do conceito de direitos e deveres, ser cidadão é participar da política, é reivindicar por melhorias, é buscar por mais conhecimento, é passar esse conhecimento em busca de novas experiências, é mudar o país de forma inteligente sem usar força militar, mas forças intelectuais, mostrar que a educação pode sim mudar o país, não só o país como todo o mundo. O governo brasileiro precisa investir mais nas escolas, não apenas em estruturas físicas, mas nos materiais, no salário dos professores e educadores, nos cursos para os professores, nos requisitos para ser professor, na alimentação das crianças, nas disponibilidades de transportes e

na competência de formar um cidadão e não mais um aluno que passa de ano. Preparar o professor para lidar com situações de desigualdades, de desinteresse pelo estudo, de realizar atividades para crianças especiais que necessitam de uma atividade diferenciada e de um tratamento especial. Induzir a criança e os adolescente que quanto mais se aprende, mas se tem a entender do mundo, podendo mudar vidas e edificar lares. As organizações também devem receber auxílio do governo, visto que suas causas são nobres e todos merecem ter direitos iguais e oportunidades iguais. E, nós cidadãos de uma sociedade desigual, não devemos ficar calados e nem parados quando nos deparamos com uma situação de violação de direitos humanos ou de falta de educação com as crianças. É preciso investir e incentiva-los a não desistir, mostrar quantos benefícios podem ser alcançados através do ensino educacional formal, mas também, como serão bem-vindos em toda e qualquer comunidade mundial por ter bons princípios e valores e assim poderão passar o que aprenderam para outras gerações. Mas, precisamos ser práticos e não apenas teóricos, pois, se fecharmos os olhos para esse problema, as crianças frequentarão as escolas por serem obrigadas a ir, e buscarão caminhos mais fáceis que estão frente a sua realidade, como: tráfico, crime, violência. Essas crianças são o futuro de nossa nação, conscientizadas e com pensamento crítico podem mudar o país e assim trazer transformações históricas permitindo um mundo melhor para nossos futuros filhos, netos e bisnetos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BITTENCOURT, C. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto. 2004.

BOBBIO, N. A Era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CORTELLA, M. S. Família, urgências e turbulências. 2017. Disponível em:<http://www.cortezeditora.com/news/pre-venda/familia_urgencias_turbulencias.pdf>. Acesso em: 05 set 2017.

FREIRE, P. Educação e cidadania em Paulo Freire [dissertação]. Belo Horizonte (MG): Universidade do Estado de Minas Gerais; 2011. Disponível em:<<http://fae.uemg.br/dissertacoes/TD0018.pdf>>. Acesso em: 05 set 2017.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1967

_____. Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

HOBBS, T. Cidadania e política. Thomas Hobbes. 2011. Disponível em:<<http://colegiosaofrancisco2.blogspot.com.br/2011/09/thomas-hobbes.html>>. Acesso em: 05 set 2017.

KANT, I. As três dimensões do direito na filosofia crítica de Kant. 2015. Disponível em:<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/19529>>

LAMY, M. A universalização dos direitos humanos e a especialidade do pensamento islâmico. 2006. Disponível em:<http://www.esdc.com.br/diretor/artigo_universalizacaoDH.htm>. Acesso em: 05 set 2017.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, J. Frases Famosas. Frase de Jorge Martins. 2016. Disponível em:

<<http://www.frasesfamosas.com.br/frase/jorge-martins-exercer-cidadania-e-muito-mais-doqu/>>. Acesso em: 05 jul.2017.

OLIVEIRA, Erival da Silva. Direitos Humanos. 3º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, pág. 66.

ONU. Direito.com. **Artigo 26**. 1948. Disponível em:
<<https://www.direitocom.com/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/artigo-26o/>>.
Acesso em: 05 jul. 2017.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RAMOS, A. C. Docentes. 2017. Disponível em
http://www.direito.usp.br/docentes/internacional/din_docentes_andre_amos_01.php>.
Acesso em: 15 set 2017

RAMOS, A. C. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SALAZAR, A. O. Books Google. **Cidadania**: direitos e devers, Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=gJ8vDwAAQBAJ&pg=PT143&lpg=PT143&dq=Um+decreto+a+reconhecer+a+cidadania>> Acesso em: 05/07/2017.
TradMeton Porto Gadelha